

**TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS
S.A. E CONTROLADAS**

Relatório de revisão do auditor independente

**Informações contábeis intermediárias,
individuais e consolidadas**

Em 30 de setembro de 2019

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2019

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia")**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a Deliberação CVM 673/11 (que aprovou o pronunciamento CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a Deliberação CVM 673/11 (que aprovou o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigação interna com o propósito de apurar os eventos reportados nos mandados de busca e apreensão, cumpridos pela Polícia Federal, na sede da **TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.** e de suas controladas **Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte ("Econorte")** e **Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Tibagi")**, em 22 de fevereiro e 26 de setembro de 2018.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos com base nos despachos dos Juízes da 13ª e 23ª Vara Federal de Curitiba no âmbito da Operação Integração, que investiga a denúncia de atos criminosos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas concessionárias de rodovias públicas no Estado do Paraná. O despacho da 23ª Vara Federal de Curitiba apresenta acordos de colaborações premiadas nos quais foram relatados atos ilícitos praticados na execução do contrato de concessão por executivos e ex-executivos da Companhia e de suas controladas Econorte e Rio Tibagi. Segundo o Ministério Público Federal (MPF) existem provas da materialidade e indícios de autoria da prática de crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, fraude licitatória, peculato e associação criminosa.

O Comitê Independente, em conjunto com os escritórios contratados para conduzirem as investigações internas, concluíram seus trabalhos em 29 de abril de 2019 e comunicaram ao Conselho de Administração os resultados factuais provenientes dos procedimentos investigativos, limitações de trabalho e por fim as recomendações para aprimoramento do programa de Compliance Anticorrupção da Companhia e suas controladas. Contudo, ainda se encontram em andamento as investigações conduzidas pelas autoridades públicas envolvendo executivos e ex-executivos da Companhia e das controladas Econorte e Rio Tibagi.

Consequentemente, em virtude das investigações e demais procedimentos conduzidos pelas autoridades públicas ainda estarem em curso, não foi possível, até este momento, concluir se algum ajuste seria necessário nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2019.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, se houver, não conhecidos do assunto mencionado na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Deliberação CVM nº 673/11 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, se houver, não conhecidos do assunto mencionado na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Deliberação CVM nº 673/11 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia e suas controladas, Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte, Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. e Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., apresentam exposição negativa de capital circulante líquido e/ou vêm descumprindo suas obrigações financeiras e, no caso das concessionárias, os investimentos previstos em seus respectivos contratos de Concessão. Conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 1.3 e 11 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Administração da Companhia vem desenvolvendo ações no sentido de mantê-las no curso normal de suas operações, realizando aportes de capital, alienação de ativos e implementando planos para recuperação extrajudicial, os quais tem sido objeto de contestação e não se encontram homologados em todas as instâncias requeridas, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A., em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Adicionalmente, em 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pela juíza da 8ª. Vara Cível do Município de Campinas em 23 de maio de 2018, conforme descrito na referida nota explicativa. A implementação das ações acima e os possíveis efeitos sobre as operações das investidas mencionadas anteriormente depende de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, com o intuito principal de assegurar a continuidade de suas atividades. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das referidas investidas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



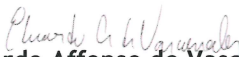
Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e igual trimestre de exercício anterior

As Informações Trimestrais (ITR), mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, e as mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de nove meses findo naquela data, obtidas das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do período findo em 30 de setembro de 2018 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram, respectivamente, relatório de revisão com data de 06 de novembro de 2018, com Abstenção de Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas, e contendo parágrafos de ênfase relacionados com a Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e controladas, Recuperação Extrajudicial, Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da investida Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Investigação interna e, relatório de auditoria datado de 08 de maio de 2019, contendo ressalva sobre as investigações envolvendo a Companhia e as controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte e Rio Tibagi Serviços de Operações Ltda., parágrafo de Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e parágrafos de ênfase da Recuperação Extrajudicial e da Continuidade operacional da controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A..

São Paulo, 06 de novembro de 2019.



**BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1**


**Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3**

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	19
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	69
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	73
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	76
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	77

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	176.000
Preferenciais	0
Total	176.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.493
Preferenciais	0
Total	2.493

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	987.375	1.410.224
1.01	Ativo Circulante	53.250	55.160
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20	45
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponíveis	20	45
1.01.03	Contas a Receber	23.739	32.512
1.01.03.01	Clientes	368	1.168
1.01.03.01.01	Contas a receber	368	1.168
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	23.371	31.344
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	67	4
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	21.028	22.326
1.01.03.02.03	Outros créditos	2.276	9.014
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.640	3.004
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.640	3.004
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.851	19.599
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	25.851	19.599
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	25.851	19.599
1.02	Ativo Não Circulante	934.125	1.355.064
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	226.603	434.777
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	206.320	417.588
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	206.320	417.588
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.283	17.189
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	15.243	11.014
1.02.01.10.04	Outros Créditos	5.040	6.175
1.02.02	Investimentos	696.985	910.456
1.02.02.01	Participações Societárias	696.985	910.456
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	696.985	910.456
1.02.03	Imobilizado	7.931	8.174
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.931	8.174
1.02.04	Intangível	2.606	1.657
1.02.04.01	Intangíveis	2.606	1.657
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.606	1.657

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	987.375	1.410.224
2.01	Passivo Circulante	144.373	163.125
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.702	2.079
2.01.01.01	Obrigações Sociais	199	347
2.01.01.01.01	Impostos, taxas e contribuições	199	347
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.503	1.732
2.01.02	Fornecedores	2.540	4.765
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.540	4.765
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	105.310	115.030
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	79.220	90.484
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	79.220	90.484
2.01.04.02	Debêntures	26.090	24.546
2.01.04.02.01	Debêntures	26.090	24.546
2.01.05	Outras Obrigações	34.821	41.251
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.282	14.282
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	14.282	14.282
2.01.05.02	Outros	20.539	26.969
2.01.05.02.04	Outros débitos	20.539	26.969
2.02	Passivo Não Circulante	158.790	362.980
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	43.372	39.405
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	43.372	39.405
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	43.372	39.405
2.02.02	Outras Obrigações	48	0
2.02.02.02	Outros	48	0
2.02.02.02.03	Fornecedores	48	0
2.02.04	Provisões	115.370	323.575
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	115.370	323.575
2.02.04.01.05	Provisão sobre Patrimônio Líquido negativo de Controladas	108.865	317.070
2.02.04.01.06	Provisões para demandas judiciais e administrativas	6.505	6.505
2.03	Patrimônio Líquido	684.212	884.119
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	40.321	20.772
2.03.03	Reservas de Reavaliação	31.510	43.696
2.03.04	Reservas de Lucros	-10.894	-10.894
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-219.704	-12.434

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-78.536	-244.893	-65.785	-86.635
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.056	-20.305	-12.636	-38.053
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.024	-11.816	-6.172	-16.745
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-766	-4.238	-2.207	-9.616
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-1.027	-3.536	-2.662	-8.455
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-153	-458	-1.066	-1.289
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-28	-83	117	-9
3.04.02.06	Amortização de ágio sobre investimentos	-58	-174	-646	-1.939
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.956	6.868	2.532	12.620
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	1.956	6.868	2.532	12.620
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.703	-12.010	-32.216	-34.611
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-1	-2.300	-563	-1.093
3.04.05.02	Outras Despesas Não Recorrentes	-9.702	-9.710	-31.653	-33.518
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-64.733	-219.446	-23.465	-26.591
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-64.733	-219.446	-23.465	-26.591
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-78.536	-244.893	-65.785	-86.635
3.06	Resultado Financeiro	-318	-1.456	1.635	4.408
3.06.01	Receitas Financeiras	4.183	12.683	6.402	22.113
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.183	12.683	6.402	22.113
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.501	-14.139	-4.767	-17.705
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-4.501	-14.139	-4.767	-17.705
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-78.854	-246.349	-64.150	-82.227
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-78.854	-246.349	-64.150	-82.227
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	8.445	23.114	7.623	10.897
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	8.445	23.114	7.623	10.897
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-70.409	-223.235	-56.527	-71.330
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.99.01.01	ON	-0,40580	-1,28661	-0,32579	-0,41111
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,40580	-1,28661	-0,32579	-0,41111

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-70.409	-223.235	-56.527	-71.330
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.669	15.965	10.353	16.235
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	10.669	15.965	10.353	16.235
4.03	Resultado Abrangente do Período	-59.740	-207.270	-46.174	-55.095

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-27.562	-52.976
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-10.491	-19.883
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-223.235	-71.330
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	458	1.289
6.01.01.05	Amortização do Intangível	83	6
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	33	127
6.01.01.07	Amortização do ágio	174	1.766
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	11.204	12.792
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-5.232	-12.005
6.01.01.10	Perda na baixa de investimentos	9.692	0
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	219.446	26.591
6.01.01.15	Resultado de Operações Descontinuadas	-23.114	-10.896
6.01.01.17	Provisão para devedores duvidosos	0	31.777
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.071	-33.093
6.01.02.02	Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	-10.957	8.273
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-636	242
6.01.02.05	Fornecedores	-2.177	904
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-229	197
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-148	-6.354
6.01.02.10	Outros valores a receber	7.735	-6.419
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	-6.430	-19.232
6.01.02.12	Depositos Judiciais	-4.229	-10.704
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.713	10.186
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-20.596	-109.664
6.02.03	Recebimento da venda de investimento	0	121.565
6.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	26.589	0
6.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	-248	-199
6.02.08	Adições ao Ativo Intangível	-1.032	-1.516
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	22.824	39.429
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	0	-80.209
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-16.932	-540.040
6.03.06	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	52.845	682.774
6.03.07	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	3.868	11.748
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-14.307	-31.534
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-2.650	-3.310
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-25	-3.361
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	45	3.782
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20	421

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	9.878	0	-12.434	43.696	884.119
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	9.878	0	-12.434	43.696	884.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	19.549	0	0	3.779	23.328
5.04.08	Ganho (Perda) no aumento de capital	0	19.549	0	0	3.779	23.328
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-223.235	0	-223.235
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-223.235	0	-223.235
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.965	-15.965	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	15.965	-15.965	0
5.07	Saldos Finais	842.979	29.427	0	-219.704	31.510	684.212

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-10.642	33.765	7.272	5.712	36.107
5.04.08	Constituição de reserva de dividendos	0	0	33.765	0	0	33.765
5.04.09	Plano de opção de ações	0	-7.272	0	7.272	0	0
5.04.10	Ganho (Perda) no aumento de capital	0	-3.370	0	0	5.712	2.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.744	-26.586	-71.330
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.330	0	-71.330
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	26.586	-26.586	0
5.05.02.06	Realização da reserva de reavaliação	0	0	0	16.235	-16.235	0
5.05.02.07	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	10.351	-10.351	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-37.472	37.472	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-37.472	37.472	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-8.348	271.346	0	64.140	1.170.117

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	22.858	7.429
7.01.02	Outras Receitas	22.858	7.429
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	15.965	26.586
7.01.02.02	Outras Receitas	6.893	12.620
7.01.02.03	Provisão para devedores duvidosos	0	-31.777
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.821	-18.006
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.785	-15.321
7.02.04	Outros	-12.036	-2.685
7.03	Valor Adicionado Bruto	37	-10.577
7.04	Retenções	-715	-3.237
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-715	-3.237
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-678	-13.814
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-206.763	-4.478
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-219.446	-26.591
7.06.02	Receitas Financeiras	12.683	22.113
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-207.441	-18.292
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-207.441	-18.292
7.08.01	Pessoal	6.263	16.272
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.747	14.437
7.08.01.02	Benefícios	1.174	1.390
7.08.01.03	F.G.T.S.	342	445
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.206	2.953
7.08.02.01	Federais	2.102	2.866
7.08.02.02	Estaduais	7	7
7.08.02.03	Municipais	97	80
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.473	18.125
7.08.03.01	Juros	14.139	17.705
7.08.03.02	Aluguéis	333	352
7.08.03.03	Outras	1	68
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-207.269	-44.745
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-207.269	-44.745
7.08.05	Outros	-23.114	-10.897
7.08.05.01	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	-23.114	-10.897

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	3.688.989	3.921.004
1.01	Ativo Circulante	223.817	282.321
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	79.775	121.427
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponíveis	78.477	119.563
1.01.01.02	Caixa restrito	1.298	1.864
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.601	26.084
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.601	26.084
1.01.02.03.01	Aplicações Financeiras Vinculadas	8.601	26.084
1.01.03	Contas a Receber	81.101	83.362
1.01.03.01	Clientes	53.477	46.014
1.01.03.01.01	Contas a receber	53.477	46.014
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	27.624	37.348
1.01.03.02.01	Contas a receber - Partes relacionadas	7.460	17.184
1.01.03.02.02	Contas a receber - contratos de concessão	20.164	20.164
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.210	14.377
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.210	14.377
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	41.130	37.071
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	25.851	19.599
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	25.851	19.599
1.01.08.03	Outros	15.279	17.472
1.02	Ativo Não Circulante	3.465.172	3.638.683
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	291.678	211.193
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	35
1.02.01.03.01	Aplicações Financeiras Vinculadas	0	35
1.02.01.04	Contas a Receber	658	667
1.02.01.04.02	Contas a Receber	658	667
1.02.01.07	Tributos Diferidos	208.927	173.822
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	208.927	173.822
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	47.846	4.859
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	47.846	4.859
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	34.247	31.810
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	27.016	22.885
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	1.488	1.488
1.02.01.10.05	Outros Créditos	5.743	7.437
1.02.03	Imobilizado	170.958	171.644
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	170.958	171.644
1.02.04	Intangível	3.002.536	3.255.846
1.02.04.01	Intangíveis	3.002.536	3.255.846
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.401.257	2.291.857
1.02.04.01.03	Intangível em construção	601.279	963.989

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	3.688.989	3.921.004
2.01	Passivo Circulante	1.888.773	1.767.393
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	70.588	103.433
2.01.01.01	Obrigações Sociais	41.720	77.156
2.01.01.01.01	Impostos, Taxas e Contribuições	41.720	77.156
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	28.868	26.277
2.01.02	Fornecedores	62.405	81.634
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	62.405	81.634
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.562.640	1.386.381
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.326.352	1.160.516
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.326.352	1.160.516
2.01.04.02	Debêntures	236.288	225.865
2.01.04.02.01	Debêntures	236.288	225.865
2.01.05	Outras Obrigações	151.356	165.359
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	35.589	40.982
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	35.589	40.982
2.01.05.02	Outros	115.767	124.377
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.545	1.543
2.01.05.02.04	Outros débitos	49.631	51.717
2.01.05.02.05	Notas Promissórias	54.230	54.304
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	16.813
2.01.05.02.07	Passivo de Arrendamento	10.361	0
2.01.06	Provisões	41.784	30.586
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	41.784	30.586
2.01.06.01.05	Obrigações contrato de concessão	41.784	30.586
2.02	Passivo Não Circulante	1.072.499	1.185.546
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	415.362	556.289
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	397.578	471.759
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	397.578	471.759
2.02.01.02	Debêntures	17.784	84.530
2.02.01.02.01	Debêntures	17.784	84.530
2.02.02	Outras Obrigações	93.463	125.813
2.02.02.02	Outros	93.463	125.813
2.02.02.02.03	Notas Promissórias	22.565	63.181
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	22.932	11.861
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	208	576
2.02.02.02.06	Outros débitos	43.072	42.958
2.02.02.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	7.237
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	4.161	0
2.02.02.02.09	Fornecedores	525	0
2.02.03	Tributos Diferidos	191.720	181.609
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	191.720	181.609
2.02.04	Provisões	371.954	321.835
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	76.819	60.185
2.02.04.01.05	Provisão para demandas judiciais e administrativas	76.819	60.185
2.02.04.02	Outras Provisões	295.135	261.650

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	295.089	261.602
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	46	48
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	727.717	968.065
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	40.321	20.772
2.03.02.07	Reservas de Capital	40.321	20.772
2.03.03	Reservas de Reavaliação	31.510	43.696
2.03.04	Reservas de Lucros	-10.894	-10.894
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-219.704	-12.434
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	43.505	83.946

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	265.633	707.362	299.172	921.858
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-222.437	-627.488	-206.538	-612.955
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-52.798	-149.475	-40.508	-145.431
3.02.02	Custo de manutenção - IAS 37	-11.150	-33.568	-11.399	-33.935
3.02.03	Custo de construção	-27.809	-65.465	-51.214	-126.799
3.02.07	Custo com pessoal	-26.718	-76.341	-27.418	-87.955
3.02.08	Depreciação do imobilizado (custo)	-385	-822	-332	-1.116
3.02.09	Depreciação do imobilizado (mais valia)	114	0	0	0
3.02.10	Amortização do intangível (custo)	-83.377	-240.450	-56.109	-156.871
3.02.11	Amortização do intangível (mais valia)	-10.234	-30.092	-10.099	-28.666
3.02.12	Remuneração do poder concedente	-10.080	-31.275	-9.459	-32.182
3.03	Resultado Bruto	43.196	79.874	92.634	308.903
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-56.447	-138.536	-87.951	-204.996
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-42.862	-118.983	-48.848	-147.918
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-26.251	-62.356	-27.525	-74.597
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-3.774	-13.429	-5.588	-21.767
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-9.104	-30.314	-11.826	-41.436
3.04.02.04	Depreciação do imobilizado (custo)	-689	-2.076	-1.591	-2.660
3.04.02.05	Amortização do intangível (custo)	-2.822	-10.143	-1.397	-4.682
3.04.02.06	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-198	-593	-780	-2.342
3.04.02.07	Depreciação do imobilizado (mais valia)	-24	-72	-141	-434
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.538	2.958	127	5.412
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	1.538	2.958	127	5.412
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15.123	-22.511	-39.230	-62.490
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-1	-2.300	-765	-1.295
3.04.05.02	Outras despesas não recorrentes	-15.122	-20.211	-38.465	-61.195
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-13.251	-58.662	4.683	103.907
3.06	Resultado Financeiro	-88.549	-253.373	-79.643	-225.280

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.06.01	Receitas Financeiras	3.708	12.209	7.088	32.371
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.708	12.209	7.088	32.371
3.06.02	Despesas Financeiras	-92.257	-265.582	-86.731	-257.651
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-92.257	-265.582	-86.731	-257.651
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-101.800	-312.035	-74.960	-121.373
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	16.772	47.510	7.961	23.976
3.08.01	Corrente	-279	-455	-4.517	-27.371
3.08.02	Diferido	17.051	47.965	12.478	51.347
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-85.028	-264.525	-66.999	-97.397
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	8.445	23.114	7.623	10.897
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	8.445	23.114	7.623	10.897
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-76.583	-241.411	-59.376	-86.500
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-70.409	-223.235	-56.527	-71.330
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-6.174	-18.176	-2.849	-15.170
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,40580	-1,28661	-0,32579	-0,41111
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,40580	-1,28661	-0,32579	-0,41111

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-76.583	-241.411	-59.376	-86.500
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.669	10.438	5.882	26.586
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	10.669	10.438	5.882	16.235
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	0	0	0	10.351
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-65.914	-230.973	-53.494	-59.914
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-59.740	-218.971	-50.645	-44.744
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-6.174	-12.002	-2.849	-15.170

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	205.336	264.285
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	287.762	321.576
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-223.235	-71.330
6.01.01.02	Provisão de devedores duvidosos	0	32.262
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.965	-51.347
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	2.970	4.210
6.01.01.05	Amortização do intangível	280.091	190.219
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	13.850	3.355
6.01.01.07	Margem de construção	-333	-2.035
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	217.373	215.739
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	16.634	43.136
6.01.01.11	Ganho em quitação de dívida	0	-2.407
6.01.01.13	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-368	-947
6.01.01.14	Participação de Acionistas não Controladores	-18.177	-15.170
6.01.01.15	Amortização do ágio de deságio sobre investimentos	594	2.342
6.01.01.17	Resultado de equivalência patrimonial - participações descontinuadas	-23.114	-10.896
6.01.01.19	Ajuste a valor justo de derivativos e debêntures	-26.488	-16.100
6.01.01.20	Amortização custos na emissão de debêntures	0	545
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-82.426	-57.291
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-7.454	21.130
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	3.507	450
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	1.167	135
6.01.02.05	Fornecedores	-18.704	-25.012
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	-5.393	-26.638
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.591	3.607
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-23.910	-58.785
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-455	27.371
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	42.715	26.804
6.01.02.13	Outras variações de passivos	-77.465	0
6.01.02.14	Outro Valores a receber	5.106	-16.811
6.01.02.15	Depósitos judiciais	-4.131	-9.542
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-27.193	12.986
6.02.01	Recebimento da venda de investimentos	0	121.565
6.02.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	41.184	0
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-4.924	-2.697
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-63.453	-105.882
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-219.229	-475.711
6.03.01	Integralização de capital em dinheiro	1.064	1.064
6.03.05	Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	0	-31.777
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.211	0
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-180.517	-301.594

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-40.987	-63.195
6.03.13	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	0	-80.209
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-41.086	-198.440
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	119.563	376.131
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	78.477	177.691

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	9.878	0	-12.434	43.696	884.119	83.946	968.065
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	9.878	0	-12.434	43.696	884.119	83.946	968.065
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	19.549	0	0	3.779	23.328	0	23.328
5.04.08	Ganho (Perda) no aumento de capital	0	19.549	0	0	3.779	23.328	0	23.328
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-223.235	0	-223.235	-18.176	-241.411
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-223.235	0	-223.235	-18.176	-241.411
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.965	-15.965	0	-22.265	-22.265
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	15.965	-15.965	0	0	0
5.06.04	Outras transações de não controladores	0	0	0	0	0	0	-22.265	-22.265
5.07	Saldos Finais	842.979	29.427	0	-219.704	31.510	684.212	43.505	727.717

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340	125.470	1.330.810
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340	125.470	1.330.810
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-10.642	33.765	7.272	5.712	36.107	0	36.107
5.04.08	Plano de opção de ações	0	-7.272	0	7.272	0	0	0	0
5.04.09	Constituição de reserva de dividendos	0	0	33.765	0	0	33.765	0	33.765
5.04.10	Ganho (perda) no aumento de capital	0	-3.370	0	0	5.712	2.342	0	2.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-71.330	0	-71.330	-15.170	-86.500
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.330	0	-71.330	-15.170	-86.500
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-37.472	64.058	-26.586	0	-1.278	-1.278
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	16.235	-16.235	0	0	0
5.06.04	Constituição/utilização da reserva de retenção de lucros	0	0	-37.472	37.472	0	0	0	0
5.06.05	Ajuste da reserva de Avaliação	0	0	0	10.351	-10.351	0	0	0
5.06.06	Outras Transações com os acionistas	0	0	0	0	0	0	-1.278	-1.278
5.07	Saldos Finais	842.979	-8.348	271.346	0	64.140	1.170.117	109.022	1.279.139

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	786.932	993.995
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	694.262	858.281
7.01.02	Outras Receitas	92.670	135.714
7.01.02.01	Receitas de Construção	65.798	128.834
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	15.965	26.586
7.01.02.03	Outras Receitas	10.907	12.071
7.01.02.04	Provisão Para Devedores Duvidosos	0	-31.777
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-387.144	-425.787
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-212.924	-157.379
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-96.719	-124.482
7.02.04	Outros	-77.501	-143.926
7.02.04.02	Custos de Construção	-65.465	-126.799
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-12.036	-17.127
7.03	Valor Adicionado Bruto	399.788	568.208
7.04	Retenções	-284.248	-196.771
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-284.248	-196.771
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	115.540	371.437
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.348	32.371
7.06.02	Receitas Financeiras	11.348	32.371
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	126.888	403.808
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	126.888	403.808
7.08.01	Pessoal	105.521	128.246
7.08.01.01	Remuneração Direta	71.932	93.031
7.08.01.02	Benefícios	18.495	22.874
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.498	7.017
7.08.01.04	Outros	5.596	5.324
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.968	47.986
7.08.02.01	Federais	-6.098	5.281
7.08.02.02	Estaduais	237	292
7.08.02.03	Municipais	34.829	42.413
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	240.958	298.388
7.08.03.01	Juros	255.748	257.651
7.08.03.02	Aluguéis	1.430	7.539
7.08.03.03	Outras	-16.220	33.198
7.08.03.03.01	Remuneração do poder concedente	-31.275	32.182
7.08.03.03.02	Outras	15.055	1.016
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-225.445	-59.915
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-207.269	-44.745
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-18.176	-15.170
7.08.05	Outros	-23.114	-10.897
7.08.05.02	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	-23.114	-10.897



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30.09.2019

A Companhia divulga suas Demonstrações Financeiras de acordo com as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – *International Accounting Standard Board*.

Conforme determina o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), a Companhia classificou os investimentos realizados nos ativos destinados à venda em dezembro de 2016 (Aeroportos Brasil S.A., Tijoá Participações e Investimentos S.A. e CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A.) na rubrica “Participações a comercializar”, no ativo circulante das Demonstrações Financeiras da controladora e do consolidado. Adicionalmente, a Companhia solicitou em julho de 2017 a habilitação do empreendimento de Viracopos ao CPPI (Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos) para futura relicitação nos termos da Lei 13.448/17, realizando a baixa contábil do saldo do investimento em junho de 2017, devido à baixa expectativa de recuperabilidade do ativo.

Com exceção de Viracopos, os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultados de operações descontinuadas” na demonstração de resultado, separadamente dos resultados das operações em continuidade.

CONSOLIDADO

A receita bruta consolidada alcançou R\$768,0 milhões, uma queda de -22,9% em relação ao resultado dos 9M18, impactada principalmente pela menor arrecadação de pedágio devido ao encerramento da Concepa em julho de 2018 como também das restrições impostas pelas questões judiciais na Econorte desde novembro de 2018, resultando na suspensão da cobrança de tarifa de pedágio na praça de Jacarezinho e na redução das tarifas praticadas pela concessionária em 25,8%, afetando períodos intercalados de 2019.

Tais efeitos foram parcialmente compensados por: (i) reabertura da praça de Cambará/Andirá no início de junho de 2019; (ii) reajuste anual de 7,8% em julho de 2019; (iii) restabelecimento das tarifas de pedágio em todas as praças em agosto de 2019; e (iv) reabertura da praça de pedágio em Jacarezinho, também em agosto de 2019. Dessa forma, desde o dia 11 de agosto, as operações na concessionária ocorrem de forma normalizada.

Como consequência, a receita líquida ajustada, que exclui a receita de construção, atingiu R\$641,6 milhões, variação de -19,1% quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Receita Operacional (R\$ mil)	9M19	9M18	Δ
Arrecadação de Pedágio	694.262	858.281	-19,1%
Construção de Ativos das Concessões	65.798	128.834	-48,9%
Outras Receitas	7.985	9.544	-16,3%
Receita Operacional Bruta (ROB)	768.045	996.659	-22,9%
Deduções da Receita Bruta	(60.683)	(74.801)	-18,9%
Receita Operacional Líquida (ROL)	707.362	921.858	-23,3%
Construção de Ativos das Concessões	65.798	128.834	-48,9%
Receita Operacional Líquida Ajustada	641.564	793.024	-19,1%

Custos e Despesas Operacionais:

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, atingiram R\$257,1 milhões nos 9M19 (-3,2%). As despesas operacionais consolidadas (excluindo depreciação e amortização e



Triunfo
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

despesas não recorrentes) registraram R\$105,4 milhões, 21,1% abaixo do observado no mesmo período do ano anterior. As reduções devem-se, principalmente, ao encerramento da Concepa mencionado anteriormente, sendo parcialmente compensadas pelo aumento de recuperação do pavimento na Concebra. Ainda, a queda de 67,0% nas despesas não recorrentes deve-se, em sua maioria, à provisão para crédito de liquidação duvidosa oriunda da controlada em conjunto Aeroportos Brasil S.A., registrada no 3T18.

Custos Operacionais (R\$ mil)	9M19	9M18	Δ
Operação e Manutenção das Rodovias	(149.475)	(145.431)	2,8%
Custo com Pessoal	(76.341)	(87.955)	-13,2%
Obrigações da Concessão	(31.275)	(32.182)	-2,8%
Custo Operacional	(257.091)	(265.568)	-3,2%
Depreciação e Amortização	(271.364)	(186.653)	45,4%
Custo de Construção	(65.465)	(126.799)	-48,4%
Provisão para Manutenção - IAS 37	(33.568)	(33.935)	-1,1%
Custo Operacional Total	(627.488)	(612.955)	2,4%

Despesas Operacionais (R\$ mil)	9M19	9M18	Δ
Despesas Gerais e Administrativas	(62.356)	(74.597)	-16,4%
Remuneração dos Administradores	(13.429)	(21.767)	-38,3%
Despesas com Pessoal	(30.314)	(41.436)	-26,8%
Outras Receitas (Despesas) Administrativas	658	4.117	-84,0%
Despesa Operacional	(105.441)	(133.683)	-21,1%
Depreciação e Amortização	(12.884)	(10.118)	27,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	n/c
Despesas Não Recorrentes	(20.211)	(61.195)	-67,0%
Despesa Operacional Total	(138.536)	(204.996)	-32,4%

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS

O prejuízo líquido foi de R\$223,2 milhões nos nove primeiros meses de 2019, com impacto do resultado financeiro no período ao sair de uma despesa de R\$225,3 milhões nos 9M18 para R\$253,4 milhões nos 9M19, principalmente devido ao *accrual* de juros da dívida na Concebra e a menor posição de caixa da Companhia. Sendo assim, com contribuição da parcela realizada de reserva de reavaliação de ativos, o prejuízo líquido base dividendos atingiu R\$207,3 milhões nos 9M19.

Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	9M19	9M18	Δ
Lucro Operacional	(58.662)	103.907	n/c
Resultado Financeiro	(253.373)	(225.280)	12,5%
Receitas Financeiras	12.209	32.371	-62,3%
Despesas Financeiras	(265.582)	(257.651)	3,1%
Resultado Antes dos Impostos	(312.035)	(121.373)	157,1%
Impostos Sobre Lucro	47.510	23.976	98,2%
Impostos Correntes	(455)	(27.371)	-98,3%
Impostos Diferidos	47.965	51.347	-6,6%
Lucro (prejuízo) de operações em continuidade	(264.525)	(97.397)	171,6%
Resultados de operações descontinuadas	23.114	10.897	112,1%
Lucro (prejuízo) Líquido Consolidado do Período	(241.411)	(86.500)	179,1%
Atribuível a:			
Acionistas Não Controladores	18.176	15.170	19,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(223.235)	(71.330)	n/c



Triunfo
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

Base de Dividendos (R\$ mil)	9M19	9M18	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	(223.235)	(71.330)	n/c
Parcela realizada da reserva de reavaliação	15.965	26.586	-39,9%
Constituição da reserva legal (5%)	-	-	n/c
Ajuste de saldo da reserva de capital	-	7.272	-100,0%
Lucro (prejuízo) base de dividendos	(207.270)	(37.472)	n/c

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo”, “Companhia” ou “Controladora”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla “TPIS3”.

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 2.3. Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade, segregados por segmento do negócio:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão é de 25 anos.

Em abril de 2014 foi firmado o 12º termo aditivo ao contrato de concessão, cujo objeto é a execução de obras para a Nova Subida da Serra, em contrapartida ao pagamento dos serviços pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “poder concedente”) ou pela extensão de prazo do contrato de concessão, a fim de estabelecer equilíbrio econômico-financeiro decorrente dos investimentos com as obras.

O poder concedente encontra-se inadimplente, uma vez que realizou apenas dois pagamentos referentes à parte da primeira parcela das obras já executadas. Em janeiro de 2017, o TCU determinou a recomposição da equação econômico-financeira do contrato de concessão.

Em junho de 2017 foi publicada a Resolução ANTT nº 5.353, buscando anular de forma unilateral a cláusula do 12º aditivo que permite a extensão do prazo de concessão. Em 12 de setembro de 2019, a Concer obteve sentença judicial concedida pela primeira instância da Justiça Federal do Distrito Federal declarando a nulidade da referida resolução, preservando o direito de extensão de prazo previsto em contrato, e aguarda a competente recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

O valor total de obras executadas referente ao 12º aditivo, líquido de pagamentos efetuados pelo poder concedente, é de R\$523.868, classificados no intangível em construção, representando o direito de exploração da rodovia, uma vez que, não havendo o aporte residual do poder concedente, deverá ser recuperado pela arrecadação da tarifa de pedágio devido à extensão do prazo da concessão, conforme previsto no 12º aditivo.

Concepa

A Concepa explorou até 03 de julho de 2018 121 km da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Porto Alegre, conhecido como *Free Way*, e o entroncamento da BR-116/RS, de Porto Alegre à Guaíba. O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão era de 20 anos, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Concepa e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Em 04 de julho de 2017, com o término do prazo original da concessão, foi firmado entre a Concepa e ANTT o 14º termo aditivo ao contrato de concessão, que prorrogou por mais um ano os serviços de manutenção e operação da rodovia.

Antes do encerramento do contrato, havia sido ajuizado pela Concepa um pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de vigência da concessão. Dentre os pleitos que permanecem em análise administrativa e judicial, a Concepa destaca a necessidade de remuneração pelos investimentos realizados na modernização do vão móvel da Ponte do Guaíba e na operação especial para uso do acostamento como faixa adicional

Notas Explicativas

de tráfego, além da recomposição do efeito da supressão dos valores de receitas comerciais alternativas da tarifa de pedágio. A Concepa tem desequilíbrios pendentes desde 2003.

Os pleitos têm como fundamento o § 4º do Artigo 9º da Lei n.º 8.987/95 (Lei das Concessões), que determina o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato concomitantemente ao desequilíbrio quando provocado unilateralmente pelo poder concedente.

Econorte

A Econorte explora 341 km das Rodovias do Estado do Paraná (BR-369 e PR-323). A Econorte obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

Em 23 de novembro de 2018 a Companhia foi notificada da liminar deferida pelo Juízo de Jacarezinho nos autos da Ação Civil Pública ("ACP") nº 5010042-54.2018.4.04.7013/PR, proposta pelo Ministério Público Federal, que suspendeu todos os termos aditivos referentes ao Contrato de Concessão desde 2000. Dessa forma, no mesmo dia, deixou de cobrar a tarifa de pedágio na Praça de Jacarezinho e reduziu em 26,75% as tarifas praticadas nas praças de sua arrecadação. Em 04 de dezembro de 2018 o Tribunal Regional Federal da 4ª Região ("TRF-4") decidiu pela incompetência do Juízo de Jacarezinho e remeteu o processo à 1ª Vara Federal de Curitiba que ratificou a liminar concedida anteriormente. A decisão foi suspensa pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça em 28 de fevereiro de 2019. No entanto, em 01 de março de 2019, nos autos da Ação Popular nº 2006.70.13.003009-4, por meio de Pedido de Tutela Inibitória promovido pelo Ministério Público Federal, no âmbito de cumprimento provisório de sentença, foi determinada novamente a suspensão da cobrança da tarifa de pedágio na praça de Jacarezinho, bem como a continuidade da operação nas rodovias BR-369 e PR-090.

Em 21 de março de 2019 a Companhia e suas controladas Econorte e Rio Tibagi tomaram conhecimento de decisão proferida pela 23ª Vara Federal de Curitiba, nos autos da Ação Penal nº 5008581-52.2019.4.04.7000, em que foi determinada medida assecuratória de arresto e sequestro de bens, a pedido do Ministério Público Federal, no âmbito das Operações Integração I e II.

Em 24 de maio de 2019 a 1ª Vara Federal de Curitiba nos autos da ACP proposta pelo Ministério Público Federal, dentre outras determinações, estabeleceu que enquanto permanecer fechada a praça de Jacarezinho, a concessionária pode abrir a praça Cambará/Andirá e tarifar o pedágio. Desta forma, foi realizada a reabertura da praça de pedágio de Cambará, bem como o início da cobrança da tarifa de pedágio a partir do dia 1º de junho.

No dia 05 de julho de 2019 a Econorte foi intimada judicialmente quanto à decisão liminar da 1ª Vara Federal de Jacarezinho, de 03 de julho de 2019, nos autos da ACP de Improbidade Administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná que, dentre outras determinações, estabeleceu a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças, a manutenção dos serviços e dos investimentos, a continuidade das obras em Santo Antonio da Platina, bem como a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi. Em cumprimento à referida decisão, a redução de 25,77% nas tarifas de pedágio das três praças da Econorte foi aplicada desde o dia 6 de julho de 2019.

Em 1º de agosto de 2019 foi revogada pela 1ª Vara Federal de Curitiba decisão liminar de 03 de julho de 2019 e julgada extinta a ACP de Improbidade Administrativa. A decisão reverte: (i) a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças; a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi. Em cumprimento à referida decisão, as tarifas de pedágio das praças da Econorte foram reestabelecidas em 2 de agosto de 2019.

Notas Explicativas

Em 09 de agosto de 2019, foi proferida decisão pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal em pedido de Suspensão de Liminar e Sentença que, dentre outras determinações, autorizou a reabertura da praça de pedágio de Jacarezinho. A reabertura da praça de Jacarezinho aconteceu no dia 11 de agosto de 2019, bem como o encerramento da cobrança na praça de Cambará/Andirá, que estava em funcionamento desde 01 de junho de 2019, conforme havia sido estabelecido pela 1ª Vara Federal de Curitiba.

Em 10 de setembro de 2019 a Econorte, em conjunto à Triunfo e à Rio Tibagi, foi notificada acerca da instauração de Processo Administrativo de Responsabilização ("PAR") conduzido pela Controladoria Geral do Estado do Paraná, visando apurar a prática de eventuais atos lesivos contra a Administração Pública. A Econorte apresentou defesa e não há qualquer decisão no bojo do referido PAR.

Concebra

A Concebra explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios, sendo: 630,2 km da BR-060 e BR-153, desde o entroncamento com a BR-251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,3 km da BR-262, do entroncamento com a BR-153 ao entroncamento com a BR-381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos. O objeto da concessão consiste na recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão é de 30 anos.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão, financiados com capital dos acionistas e de terceiros. Em 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da controlada, com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos demais bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, resultou no vencimento do empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Concebra.

Para continuidade do contrato firmado com o Governo Federal, a Concebra está em tratativas finais junto ao BNDES para firmar um acordo de reperfilamento da dívida e está em tratativas junto à ANTT para a Revisão Quinquenal, conforme prevê o contrato de concessão.

Como medida paralela à Revisão Quinquenal, a Concebra protocolou, em 05 de julho de 2019, requerimento de instauração de processo arbitral perante à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI).

Em 10 de junho de 2019 a Concebra, através da 3ª Vara Federal Cível da SSJ, obteve decisão liminar que assegura que, até a resolução do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANTT se abstenha da aplicação de penalidades tais como: caducidade, redução tarifária a partir da aplicação de fator D, cobrança de valores ou exigências de cumprimento de quaisquer obrigações contratuais até que o tribunal arbitral pronuncie-se sobre a questão ou a Agência solucione o desequilíbrio. Em 30 de julho de 2019 foi obtida decisão ratificando a decisão liminar, tornando seus efeitos estáveis.

Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O objeto da concessão é a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias dos trechos concedidos. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo da concessão é de 25 anos.

Notas Explicativas

ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias

Rio Guaíba

A controlada Rio Guaíba prestou serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias à controlada Concepa até 03 de julho de 2018, quando as operações da concessionária foram encerradas.

Rio Tibagi

A controlada Rio Tibagi prestou serviços de agenciamento para utilização da faixa de domínio e manutenção de trechos da rodovia administrada pela controlada Econorte até 31 de dezembro de 2018. Esses serviços são regulados pelo contrato de concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) Prestação de serviços de monitoramento

CTVias

A controlada CTVias prestou serviços de monitoramento e avaliação de pavimentos para as concessionárias de rodovias do grupo até o primeiro semestre de 2019. Parte destes serviços são regulados pelos Contratos de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iv) Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica

Tijóá

A Tijóá tem por objeto específico a geração de energia elétrica por meio da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos ("UHE Três Irmãos") em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% na Tijóá desde agosto de 2014. A controlada em conjunto encontra-se em processo de alienação, vide nota explicativa nº 11.

CSE

O CSE tem por objeto a prestação de serviços especializados no segmento de geração e transmissão de energia elétrica, relacionados à engenharia de operação e manutenção, supervisão e execução da operação e de manutenção local, gestão ambiental e fundiária, bem como apoio administrativo, planejamento e gestão de empreendimentos. O CSE teve início em outubro de 2015 com as atividades substancialmente concentradas na prestação de serviços à Tijóá, posteriormente expandindo sua atuação com outros clientes.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% no CSE, que também encontra-se em processo de alienação, vide nota explicativa nº 11.

v) Administração de aeroportos

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Viracopos assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas ("Viracopos"), pelo prazo de 30 anos.

Notas Explicativas

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 24,54%, uma vez que:

- a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;
- b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 48,12%, UTC Participações S.A. com 48,12%, e Egis Airport Operation com 3,76%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a concessionária Viracopos deve pagar à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010. O valor total atualizado da outorga a pagar em 30 de setembro de 2019 é de R\$3.250.171, líquido de compensações e pagamentos já efetuados. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

A seguir estão apresentados os principais assuntos das referidas controladas em conjunto.

Relicitação:

Os acionistas de Viracopos autorizaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do contrato de concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Em 29 de julho de 2017, a Concessionária solicitou ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para relicitação.

O interesse pela relicitação da Concessão de Viracopos resultou do cenário de dificuldade financeira enfrentado pela concessionária, derivada da alteração no contexto macroeconômico do país e da expectativa de demanda estimada pelo próprio poder concedente para os serviços concessionados. Soma-se a isto diversos desequilíbrios econômico-financeiros do Contrato de Concessão, não equacionados pelo Poder Concedente (ANAC) concomitantemente ao ato, conforme previsto nos termos da Lei nº 8.987/95.

No exercício de 2017 a Companhia refletiu em suas demonstrações financeiras o efeito do reconhecimento da perda sobre este ativo, por meio da baixa do investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil, que somado aos aportes realizados naquele exercício, totalizou uma perda de R\$404.289 em 31 de dezembro de 2017. Em 2018 e em 2019 não foram realizados novos aportes no investimento, desta forma, não houve perdas ou baixas reconhecidas nos exercícios de 2018 e de 2019.

A Administração da Triunfo pautou o registro de perda do investimento em Viracopos pelos seguintes fatos: (i) os procedimentos de encerramento do atual contrato de concessão seriam objeto de termo aditivo a ser firmado, após aceita a qualificação para relicitação deste empreendimento; (ii) o valor da indenização estava sujeito a processo arbitral; (iii) o pagamento da indenização aos atuais acionistas somente ocorreria no momento da transferência do contrato de concessão para o futuro concessionário, ou abertura do processo de caducidade, e priorizaria o pagamento dos financiadores, das multas e das outorgas.

Com a publicação do Decreto nº 9.957/2019, a Administração e os acionistas de Viracopos estão fazendo nova avaliação acerca da adesão ou não da relicitação.

Notas Explicativas

Processo de caducidade:

Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada em conjunto Viracopos recebeu notificação da ANAC comunicando a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar caducidade da concessão do Aeroporto de Viracopos.

Em 09 de maio de 2018 foi deferida, por decisão judicial da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas, a suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como de todas as ações e execuções movidas contra as investidas, notadamente da multa administrativa aplicada relativamente à conclusão da fase I-B prevista no Contrato de Concessão. Em sessão concluída em 29.09.2018, a 1ª Câmara Reservada do Tribunal de Justiça de São Paulo revogou a decisão do Juízo da Recuperação de suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como da multa administrativa aplicada relativamente à conclusão da fase I-B prevista no Contrato de Concessão.

Diante da decisão proferida em 19 de dezembro de 2018 na Ação Revisional, conforme detalhado adiante, o Poder Concedente está impedido de decretar a caducidade da concessão.

Em 24 de setembro de 2019 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu o pedido de suspensão de liminar e sentença requerido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), por meio do qual foram suspensos os efeitos de liminar anteriormente concedida à Viracopos que impedia a aplicação de penalidades, incluindo a pena de caducidade e a execução da garantia de execução contratual, em razão de supostos inadimplementos de obrigações financeiras.

Recuperação Judicial:

No dia 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 e do parágrafo único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76. O objetivo do pedido é preservar os ativos das companhias, promover o equacionamento de sua situação financeira, assegurar a continuidade das atividades e a manutenção de milhares de postos de trabalho (diretos e indiretos), assegurar o recolhimento de relevantes tributos e o pagamento dos créditos concursais, na forma do plano de Recuperação Judicial. A consultoria Deloitte Touche Tohmatsu realizou perícia prévia para análise da documentação apresentada, bem como foi nomeada como administradora judicial.

Em 23 de maio de 2018 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial das companhias, iniciando o prazo de 60 dias úteis para apresentação do plano de Recuperação Judicial e o prazo de 180 dias úteis de *stay period*, no qual todas as ações e execuções contra as companhias foram suspensas. Em 27 de julho de 2018, foi protocolado na 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas o Plano de Recuperação Judicial, para deliberação pelos credores.

Em 03 de dezembro de 2018 foi determinada a realização da Assembleia Geral de Credores ("AGC") para os dias 12 de fevereiro de 2019 (primeira convocação) e 26 de fevereiro de 2019 (segunda convocação) e deferido a prorrogação do *stay period* por mais 120 dias. Em 1º de fevereiro de 2019 foi requerida a redesignação da AGC para 16 de maio de 2019, bem como a prorrogação do *stay period* por mais 90 dias, o que foi deferido pelo juízo da Recuperação Judicial. Em 08 de maio de 2019, atendendo o pedido das Recuperandas, a AGC foi redesignada para o dia 27 de junho de 2019 (primeira convocação) e 1º de agosto de 2019 (segunda convocação), sendo que em primeira convocação a assembleia não foi instalada por ausência de quórum e em segunda convocação os credores deliberaram a suspensão da AGC por 60 dias. A AGC foi convocada novamente para 1º de outubro de 2019, porém, por acordo entre os credores, optou-se por nova suspensão, sendo que a Assembleia será retomada em 16 de dezembro de 2019, em primeira convocação.

Notas Explicativas

Multas – ANAC:

No dia 08 de outubro de 2018, em julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi dado provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela ANAC, referente ao impedimento de execução da multa por suposta não efetivação tempestiva de investimentos previstos na fase I-B do contrato de concessão e das respectivas apólices de seguro (“apólices”) e do processo administrativo tendente à decretação da caducidade da concessão. Como resultado desse julgamento, foi cassada a decisão judicial proferida em 09 de maio de 2018 pela 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas. A Triunfo é contragarantidora das apólices.

Em 27 de fevereiro de 2019, a ANAC interpôs agravo de instrumento (“agravo”), contra a decisão liminar e, no dia seguinte, suscitou um pedido de Suspensão de Liminar e Sentença (“SLS”). Na hipótese de ser concedido efeito suspensivo ao Agravo ou deferida a SLS, a ANAC poderá executar as apólices de garantia de execução contratual. Os assessores jurídicos externos opinam que a probabilidade de execução dos acionistas é possível.

Adicionalmente, foram encerrados os processos administrativos instaurados pela ANAC para apuração dos valores e períodos relativos à aplicação de multas diárias pelo atraso na entrega de obras da fase I-B, e os valores das multas foram fixados. A controlada em conjunto Viracopos deve controverter a aplicação de tais multas no âmbito do Poder Judiciário, sendo que os assessores jurídicos externos opinam que tais processos possuem probabilidade de perda judicial possível.

Ação revisional:

Em 12 de dezembro de 2018 Viracopos ingressou com ação judicial junto à Justiça Federal da 1ª Região visando a promoção do reequilíbrio do contrato de concessão e consequente vedação de prosseguimento do processo de caducidade e execução das garantias contratuais, liminarmente foi requerido que a ANAC se abtivesse de aplicar penalidades contratuais à Viracopos que se refiram à supostos inadimplementos de obrigações financeiras, incluindo a penalidade de caducidade da concessão, e de executar e/ou acionar as apólices de garantia de execução contratual. Em 19 de dezembro de 2018 foi proferida decisão pela Justiça Federal da 1ª Região deferindo a medida liminar, que teve seus efeitos suspensos com a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região do dia 24 de setembro de 2019.

Ação de Obrigação de Fazer:

Em 14 de agosto de 2019 Viracopos ingressou com ação judicial visando, entre outras medidas, o cumprimento pela ANAC de obrigações contratuais que lhe incumbiam, relacionadas a não entrega das áreas previstas no Plano de Exploração Aeroportuária (“PEA”). Nesta ação foi requerida tutela de urgência limitando o pagamento das outorgas fixas vencidas e não pagas e das outorgas fixas vincendas aos valores que seriam devidos desconsiderando o ágio do leilão de 159,75%, o que foi deferido em 1º de outubro de 2019 pela 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

1.1. Resumo dos eventos relevantes ocorridos no terceiro trimestre de 2019

i) Decisões Judiciais – Econorte

Em 03 de julho de 2019 a Triunfo, a Econorte e a Rio Tibagi tomaram conhecimento, por meio notícia divulgada na mídia, da decisão liminar da 1ª Vara Federal de Jacarezinho, nos autos da ACP de Improbidade Administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná que, dentre outras determinações, estabeleceu a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças, a manutenção dos serviços e dos investimentos, a continuidade das obras em Santo Antonio da Platina,

Notas Explicativas

bem como a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi.

No dia 05 de julho de 2019 a Econorte foi intimada judicialmente quanto à decisão liminar. Em cumprimento à referida decisão, a redução de 25,77% nas tarifas de pedágio das três praças da Econorte foi aplicada desde o dia 6 de julho de 2019.

Em 1º de agosto de 2019 foi revogada pela 1ª Vara Federal de Curitiba decisão liminar de 03 de julho de 2019, e julgada extinta a ACP de Improbidade administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná. A decisão reverte: (i) a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças; a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi. Em cumprimento à referida decisão, as tarifas de pedágio das praças da Econorte foram reestabelecidas em 2 de agosto de 2019.

Em 09 de agosto de 2019 foi proferida decisão pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal em pedido de Suspensão de Liminar e Sentença que, dentre outras determinações, autorizou a reabertura da praça de pedágio de Jacarezinho. A reabertura da praça de Jacarezinho aconteceu no dia 11 de agosto de 2019.

ii) Reajuste da tarifa de pedágio – Econorte

Em 26 de julho de 2019 foi homologado o reajuste anual da tarifa básica de pedágio equivalente a 7,8% nas praças de Jataizinho e Sertaneja da Econorte, que representa a variação da inflação do período de 12 meses encerrado em novembro de 2018.

iii) Alienação Tijoá e CSE

Em 01 de agosto de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda de ações junto a uma afiliada do *BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds*, tendo por objetivo alienar 100% da participação da Companhia, direta e indireta, nas companhias Juno Participações e Investimentos S.A., Tijoá Participações e Investimentos S.A. e CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A. O valor da transação é de R\$169,5 milhões, que estará sujeito aos ajustes usuais neste tipo de operação, além de potencial *earn-out*, com valor a ser determinado de acordo com o atingimento de eventos. A Companhia ressalta que a operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo órgãos reguladores, conforme aplicável.

iv) Decisão judicial – Concer

Em 05 de setembro de 2019 o Juízo da 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal deferiu tutela de urgência requerida pela Concer, com relação ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Dessa forma, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) fica impedida de alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão, abstendo-se de reduzir a tarifa de pedágio, bem como de impor penalidades administrativas e contratuais atreladas às obrigações de investimento.

v) Decisão judicial – Viracopos

Em 24 de setembro de 2019 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu o pedido de suspensão de liminar e sentença requerido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), por meio do qual foram suspensos os efeitos de liminar anteriormente concedida à Viracopos que impedia a aplicação de penalidades, incluindo a pena de caducidade e a execução da garantia de execução contratual, em razão de supostos inadimplementos de obrigações financeiras.

Notas Explicativas

1.2. Investigações envolvendo a Companhia e suas controladas

No dia 22 de fevereiro de 2018, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de suas subsidiárias Econorte e Rio Tibagi. A ordem judicial foi emanada da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, por meio da 48ª fase da Lava Jato, denominada Operação Integração.

No dia 01 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê Independente para coordenar as providências para a instauração de uma investigação dos eventos reportados quanto ao mandado de busca e apreensão. O Comitê Independente contratou o escritório Maeda, Ayres & Sarubbi Advogados para iniciar os trabalhos de investigação. O Comitê foi composto por dois Conselheiros Independentes da Companhia e por um terceiro membro independente, sem função na Companhia, o Sr. Durval José Soledade Santos, advogado com ampla experiência no mercado de capitais, tendo atuado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e comitês de diversas companhias de capital aberto.

No dia 26 de setembro de 2018, a Polícia Federal cumpriu novo mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de sua subsidiária Econorte. A ordem judicial teve origem na 23ª Vara Federal de Curitiba, sendo denominada como Operação Integração II, em continuidade à investigação iniciada em 22 de fevereiro de 2018.

O novo mandado de busca e apreensão teve como fundamento suspeita de fatos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas rodovias federais concedidas pelo Estado do Paraná, incluindo a controlada Econorte.

As investigações estão apoiadas em acordos de colaboração premiada firmados com o MPF pelos réus Nelson Leal Junior (Ex-Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná - DER/PR) e Hélio Ogama (ex-presidente da Econorte), detidos na primeira fase da Operação Integração, bem como por Hugo Ono, ex-Controller da Econorte.

Em 28 de janeiro de 2019 o Ministério Público Federal ofereceu denúncia perante a 23ª Vara Federal de Curitiba contra executivos e ex-executivos da Companhia e da Econorte.

Em 29 de abril de 2019, os trabalhos do Comitê Independente foram concluídos e seus resultados apresentados ao Conselho de Administração. Os trabalhos do Comitê Independente foram inconclusivos com relação à existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal. No entanto, o Conselho de Administração analisará a implantação de recomendações do Comitê Independente, visando o aperfeiçoamento da estrutura de governança e de práticas anticorrupção. O Comitê Independente concluiu seus trabalhos e foi encerrado.

A Companhia tem atendido a todas as informações solicitadas pelas autoridades competentes.

1.3. Ações da Companhia para continuidade operacional

Em decorrência da deterioração das condições macroeconômicas, cenário político instável e execuções de credores, a Triunfo implementou ações para a melhoria de sua estrutura financeira, atualmente compostas por duas principais frentes:

- **Alienação de ativos:**
No início de 2017 a Companhia anunciou ao mercado a intenção de alienação dos ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE (vide nota explicativa nº 11). O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil, anteriormente destinado à venda, foi baixado para perda, conforme nota explicativa nº 1, item v), o ativo Portonave foi alienado em 26 de outubro de 2017, e em 1º de agosto de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda dos ativos Tijoá e CSE.

Notas Explicativas

- Planos de RE:
Os planos desenvolvidos são um instrumento previsto na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência), que permite a uma sociedade renegociar com seus credores as condições de pagamento de suas dívidas de natureza privada, com exceção de créditos trabalhistas (vide nota explicativa nº 15).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que as ações implementadas para alienação de ativos, junto aos Planos de RE, são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

2. Base de preparação, consolidação e principais políticas contábeis.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 06 de novembro de 2019.

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS / IAS 34) e de acordo com a deliberação CVM 673/11 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as informações contábeis intermediárias das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela Controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

• Controladas

Companhias	30/09/2019		31/12/2018	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,00	-	100,00	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	100,00	-	100,00	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	100,00	-	100,00	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	100,00	-	100,00	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	81,84	-	74,87	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	82,00	-	62,50	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Convale")	100,00	-	100,00	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,00	-	100,00	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (i)	100,00	-	100,00	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("BR Vias Holding TBR") (i) (ii)	-	100,00	-	100,00
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (ii)	-	100,00	-	100,00
Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária ("CTVias")	100,00	-	100,00	-
TPI-Log S.A. ("TPI-Log") (iii)	100,00	-	100,00	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	-	100,00	-	100,00
Rio Claro Energia Ltda ("Rio Claro")	100,00	-	100,00	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	100,00	-	100,00	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	100,00	-	100,00	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	100,00	-	100,00	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	100,00	-	100,00	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	100,00	-	100,00	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	64,00	-	64,00	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	100,00	-	100,00	-
TPL – Terminal Portuário Logístico S.A. ("TPL") (iv)	100,00	-	100,00	-
Vênus Participações e Investimentos S.A. ("Vênus")	100,00	-	100,00	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	100,00	-	100,00	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,00	-	100,00	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,00	-	100,00	-

- (i) A Dable detém 100,00% de participação na BR Vias Holding TBR.
(ii) A BR Vias Holding TBR detém 100,00% de participação na controlada Transbrasiliana.
(iii) A TPI-Log detém 100,00% de participação na TPB.
(iv) A TPL é a nova razão social da controlada Santa Cruz Participações e Investimentos S.A.

• Controladas em conjunto

Companhias	30/09/2019		31/12/2018	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Aeroportos Brasil S.A. Em Recuperação Judicial ("Aeroportos Brasil") (i)	48,12	-	48,12	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. Em Recuperação Judicial ("Viracopos") (i)	-	24,54	-	24,54
Viracopos Estacionamentos S.A. Em Recuperação Judicial ("VESA") (i)	-	24,54	-	24,54
Tijoa Participações e Investimentos S.A. ("Tijoa") (ii)	-	50,10	-	50,10
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (ii)	-	50,10	-	50,10
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (iii)	52,50	-	52,50	-

- (i) A Aeroportos Brasil detém 51% de participação em Viracopos e Viracopos detém 100,0% de participação na VESA.
(ii) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijoa e no CSE.
(iii) A concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira.

2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

2.5. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações significativas para essas informações contábeis intermediárias em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela alteração de prática contábil para início da amortização das obras da Nova Subida da Serra, conforme nota explicativa nº 14.

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia destaca abaixo os efeitos da aplicação do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16).

	Controladora	Consolidado
Ativos		
Direito de uso (i)	-	21.293
Passivos		
Passivo de arrendamento	-	(21.293)

(i) Os ativos relacionados ao direito de uso estão registrados na rubrica de ativo intangível, nota explicativa nº 14.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor estão isentos destas divulgações.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais, bem como a substituição da despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização linear de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia aplicou a IFRS 16 inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Na adoção inicial, a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2):

- Não registrou os contratos que na data da aplicação inicial se encerrarão dentro de 12 meses;
- Não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial. A Companhia aplicou a norma a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento;
- Não registrou os contratos de baixo valor;
- Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.

Notas Explicativas

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Disponibilidades	20	33	7.262	23.704
Aplicações financeiras	-	12	71.215	95.859
	20	45	78.477	119.563

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente a recursos aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

4. Caixa restrito

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Caixa restrito - Concer	1.298	1.864
	1.298	1.864

Em 21 de julho de 2017, a Concer assinou Acordo de Condição Resolutiva junto aos Debenturistas e titulares de Notas Promissórias para definir os termos de quitação dos títulos vencidos. Em 16 de agosto de 2017 foi assinado o 1º Aditivo ao Acordo de Credores Seniores, sendo alterada a operacionalização do pagamento, por meio de retenção parcial de recursos em conta vinculada, até os limites de cada parcela de amortização. O Acordo prevê a liquidação destes títulos mediante o pagamento de 43 parcelas mensais por meio do sistema SAC (Sistema de Amortização Constante), com início de 2017 a abril de 2021, mediante o bloqueio de recursos necessários para o pagamento de principal e juros.

São bloqueados apenas os valores necessários para pagamento de principal e juros da dívida dos respectivos meses, permanecendo retidos estes valores até o dia útil anterior a cada data de pagamento, e liberados os valores excedentes.

5. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Transbrasiliana	8.468	8.458
Econorte	-	17.661
CTVias	133	-
	8.601	26.119
Parcela do circulante	8.601	26.084
Parcela do não circulante	-	35

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos CDIs, mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES (vide nota explicativa nº 15).

A controlada Econorte deve constituir reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures (vide nota explicativa nº 16). A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário e atualmente sua constituição está suspensa por deliberação dos debenturistas.

Notas Explicativas

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	-	-	49.316	40.475
Uso da faixa de domínio	-	-	9.498	9.454
Outras contas a receber	368	1.168	13.655	15.086
	368	1.168	72.469	65.015
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	-	-	(18.334)	(18.334)
	368	1.168	54.135	46.681
Parcela do circulante	368	1.168	53.477	46.014
Parcela do não circulante	-	-	658	667

- (i) A provisão para crédito de liquidação duvidosa refere-se a saldos de contas a receber das controladas Concer e Transbrasiliana relativos a uso de faixa de domínio (R\$5.216), e à venda de licença ambiental obtida pela Concepa ao poder concedente classificada em Outras contas a receber (R\$13.118), que encontram-se vencidos há mais de 90 dias.

A seguir, o saldo das contas a receber consolidado por vencimento:

	30/09/2019	31/12/2018
A vencer e vencidos até 90 dias	54.135	46.681
Vencidos há mais de 90 dias	18.334	18.334
	72.469	65.015

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/09/2019	31/12/2018
Saldo no início do período	(18.334)	(26.231)
Adições	-	(811)
Baixas	-	8.708
Saldo no final do período	(18.334)	(18.334)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A provisão constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

7. Contas a receber – contratos de concessão

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Contas a receber de aditivos - Concepa	20.164	20.164
	20.164	20.164

A controlada Concepa recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da ANTT para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra, concluída em novembro de 2015, previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

De acordo com a nota técnica nº 099/2017 emitida pela ANTT após a revisão da Agência, o saldo recomposto a ser liquidado referente ao 13º aditivo é de R\$20.164. O aditivo previa que, caso não houvesse a liquidação financeira, o saldo restante a receber poderia ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

Notas Explicativas

As operações da Concepa se encerraram em 03 de julho de 2018 (vide nota explicativa nº 1, item i). A concessionária mantém as tratativas que buscam o reequilíbrio financeiro de investimentos realizados ao longo do período administrado e ainda não remunerados, incluindo o saldo do 13º termo aditivo.

8. Impostos de renda e contribuição social

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

É requerido julgamento significativo da Administração para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
<u>Prejuízo fiscal e base negativa (i)</u>	104.833	69.055
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para manutenção	60.282	61.247
Provisão para demandas judiciais e administrativas	19.950	17.371
Amortização de ágio	120	120
Outras provisões temporárias	1.461	2.831
	81.813	81.569
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)	22.281	23.198
	208.927	173.822

- (i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$48.299), Concebra (R\$41.972) e Transbrasiliana (R\$14.562).
(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos decorrentes da provisão para manutenção é de até 5 anos.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2019	12.566
2020	7.858
2021	499
2022	4.151
2023	5.720
2024	33.937
Após 2024	40.102
	104.833

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Reserva de reavaliação	19.834	30.066
Receita de construção – Aditivos	138.345	115.373
Custos financeiros capitalizados	15.764	16.122
Estorno de amortizações – ICPC 01	17.777	20.048
	191.720	181.609

c) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	30/09/2019	31/12/2018
Triunfo	85.604	58.229
	85.604	58.229

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

Em 2017, a Companhia cedeu créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para suas controladas, com a finalidade de utilização nos programas de parcelamento da Receita Federal, o Programa de Regularização Tributária (PRT), estabelecido pela Medida Provisória 766/17 e o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), criado pela Medida Provisória 783/17, que foi convertida na Lei 13.496/2017. Foi utilizado o montante de R\$ 575.751 do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (créditos de R\$195.756) nos programas de parcelamento citados acima consolidados em dezembro de 2018.

d) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

	30/09/2019				
	Controladora	Controladas Lucro Real	Outras controladas	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(246.349)	(266.590)	(34.947)	235.851	(312.035)
À alíquota fiscal vigente (34%)	83.759	90.640	11.882	(80.189)	106.092
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(74.612)	-	-	-	(74.612)
Juros sobre o capital próprio	-	55	-	-	55
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(628)	24.515	-	-	23.887
Provisão perdas desvalorização ativos	-	2.264	-	-	2.264
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(31)	-	-	(31)
Parcela isenta do IRPJ	-	251	-	-	251
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(8.519)	(69.217)	-	-	(77.736)
Diferença da base de cálculo para empresas tributadas no lucro presumido	-	-	(11.931)	79.271	67.340
IRPJ e CSLL correntes	-	(406)	(49)	-	(455)
IRPJ e CSLL diferidos	-	48.883	-	(918)	47.965
Total de IRPJ e CSLL	-	48.477	(49)	(918)	47.510
Alíquota efetiva (i)		18%			15%

Notas Explicativas

- (i) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida principalmente devido à não constituição dos impostos diferidos pelas controladas Econorte e Concebra, em razão da incerteza do lucro tributável esperado para os próximos anos. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%.

	30/09/2018				
	Controladora	Controladas Lucro Real	Outras controladas	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(82.227)	(62.792)	(10.513)	34.159	(121.373)
À alíquota fiscal vigente (34%)	27.957	21.349	3.574	(11.614)	41.266
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.042)	-	-	-	(9.042)
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	3.706	3.135	-	-	6.841
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(30)	-	-	(30)
Parcela isenta do IRPJ	-	607	-	-	607
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(22.621)	-	(6)	-	(22.627)
Outros ajustes (controladas lucro presumido e eliminações)	-	-	(3.760)	10.721	6.961
IRPJ e CSLL correntes	-	(27.179)	(192)	-	(27.371)
IRPJ e CSLL diferidos	-	52.240	-	(893)	51.347
Total de IRPJ e CSLL	-	25.061	(192)	(893)	23.976
Alíquota efetiva (i)		40%			20%

- (i) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida devido a uma exclusão de R\$5 milhões realizada pela controlada Concebra, decorrente da decisão da Receita Federal que reduz o valor de um auto de infração cuja despesa havia sido adicionada na base de cálculo dos impostos em 2017. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 32%.

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima.

9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Credores – Leilão Reverso (i)	11.220	10.914	11.220	10.914
Bloqueios judiciais (ii)	3.613	-	8.999	-
Outros depósitos judiciais (iii)	410	100	6.797	11.971
	15.243	11.014	27.016	22.885

- (i) Depósitos judiciais realizados em favor dos credores dos fundos FLA *Investors*, contemplados no Leilão Reverso do Plano de RE da Triunfo (vide nota explicativa nº 15).
- (ii) Bloqueios judiciais provenientes de ação cível popular imposta pelo Ministério Público Federal da Triunfo e da controlada Econorte.
- (iii) Depósitos e bloqueios judiciais diversos relacionados a processos de natureza cível, tributária e trabalhista.

Notas Explicativas

10. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia.

Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	30/09/2019			31/12/2018		30/09/2018
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Concer	1	-	-	1	-	-
Tijoa	7.459	-	-	16.533	-	-
CSE	-	-	-	652	-	-
Juno	-	-	-	2.158	-	-
Rio Guaíba	1.386	-	-	-	-	-
Outros:						
Vênus	-	14.282	-	-	14.282	-
Juno	-	-	-	-	-	-
Concer (i)	12.182	-	-	2.982	-	-
Total do circulante	21.028	14.282	-	22.326	14.282	-
Mútuos/ Operações financeiras:						
Concepa (ii)	-	-	-	-	-	131
Rio Claro (iii)	32.993	-	2.674	78.183	-	10.468
Concer (iv)	6.749	-	685	6.063	-	531
Outros:						
Econorte	16.058	-	3.160	12.729	-	5.975
Rio Tibagi	1.753	-	-	1.752	-	-
Rio Guaíba	600	-	-	982	-	513
Concepa (v)	-	-	-	169.358	-	2.369
Concer (v)	41.977	-	7.191	37.872	-	5.212
Concer (i)	29.375	-	1.944	36.598	-	406
Concebra (v)	39.074	-	3.868	37.640	-	4.328
Transbrasiliana (v)	28.377	-	1.264	27.106	-	1.364
Vênus	8.659	-	-	8.659	-	-
Aeroportos Brasil (i)	31.317	-	-	31.317	-	461
(-) PCLD (i)	(31.317)	-	-	(31.317)	-	-
Outros	705	-	62	646	-	-
Total do não circulante	206.320	-	20.848	417.588	-	31.758

- (i) Contas a receber da controlada Concer e da controlada em conjunto Aeroportos Brasil referente a sub-rogação da Triunfo na posição dos credores contemplados no Leilão Reverso (vide nota explicativa nº 15). A Companhia registrou uma provisão para crédito de liquidação duvidosa para os saldos a receber da controlada em conjunto Aeroportos Brasil, devido ao cenário de Recuperação Judicial da investida (vide nota explicativa nº 1, item v).
- (ii) Mútuo referente a captações da Concepa com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período, liquidado em junho de 2018.
- (iii) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (iv) Mútuo referente a captações da Concer com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 7% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (v) Contas a receber das controladas que incluem, além de reembolsos de despesas, créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Triunfo, cedidos às controladas para fins de abatimento de débitos tributários nos programas de parcelamentos (PRT e PERT) (vide nota explicativa nº 8, item c).

Notas Explicativas

	Consolidado					
	30/09/2019			31/12/2018		30/09/2018
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Tijóá	7.459	-	-	16.532	-	-
CSE	-	-	-	652	-	-
Concer	1	-	-	-	-	-
Prestação de serviço:						
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	24.671	-	-	26.745	-
CTSA (Econorte)	-	1.634	-	-	4.306	-
CTSA (Transbrasiliana)	-	4.612	-	-	4.842	-
Outros:						
Sócios minoritários - Concer	-	2.718	-	-	3.016	-
Outros	-	1.954	-	-	2.073	-
Total do circulante	7.460	35.589	-	17.184	40.982	-
Prestação de serviço:						
Consórcio NSS (Concer) (i)	145	-	-	145	-	-
CTSA (Econorte)	445	-	-	3.479	-	-
CTSA (Concebra) (ii)	46.494	-	-	-	-	-
Outros:						
Aeroportos Brasil S.A. (iii)	31.317	-	-	31.317	-	-
(-) PCLD (iii)	(31.317)	-	-	(31.317)	-	-
Outros	762	-	-	1.235	-	-
Total do não circulante	47.846			4.859	-	-
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Concebra) (ii)	-	-	-	48.707	-	-
Total de imobilizado/intangível	-	-	-	48.707	-	-
Total	55.306	35.589	-	70.750	40.982	-

- (i) A Concer contratou a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através de consórcios construtores nos quais está participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias. Os preços e as quantidades das obras realizadas nas rodovias estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão e são fiscalizados pelo poder concedente.
- (ii) Referem-se a adiantamentos realizados pela Concebra à CTSA para execução de obras previstas no PER (Programa de Exploração de Rodovias), bem como para serviços de recuperação e manutenção das rodovias. Devido à paralisação temporária das obras, o saldo deste contrato foi reclassificado do Intangível em construção para a rubrica de Adiantamentos com partes relacionadas.
- (iii) Contas a receber referente a sub-rogação da Triunfo na posição dos credores contemplados no Leilão Reverso (vide nota explicativa nº 15). A Companhia registrou uma provisão para crédito de liquidação duvidosa para os saldos a receber da controlada em conjunto Aeroportos Brasil, devido ao cenário de Recuperação Judicial da investida (vide nota explicativa nº 1, item v).

11. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Ativo mantido para venda

Com o objetivo de melhorar sua estrutura de capital, a Companhia implementou ações para a alienação de ativos, objetivando gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento. Dentre os investimentos que detém participação, a Companhia destacou os ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijóá e CSE, os quais foram destinados à venda.

Desta forma, desde 31 de dezembro de 2016 a Companhia reclassificou seus investimentos nas controladas em conjunto citadas acima na rubrica "Participações a comercializar" no ativo circulante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Conforme o CPC 31 – Ativo não

Notas Explicativas

circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), os ativos estão registrados pelo valor contábil dos investimentos, que representam valor inferior ao seu valor justo.

O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil foi baixado para perda, conforme nota explicativa nº 1, item v) e o ativo Portonave foi alienado em 2017. Desta forma, em 30 de setembro de 2019 apenas os investimentos em Tijoá e CSE permanecem destinados à venda.

Em 1º de agosto de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda de ações junto a uma afiliada do *BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds* tendo por objetivo alienar 100% da participação da Companhia, direta e indireta, nas companhias Juno, Tijoá e CSE. A Juno é subsidiária integral da Triunfo e detém 50,1% de participação nas companhias Tijoá e CSE. A partir de 1º de agosto de 2019, o saldo do investimento na controlada Juno, anteriormente demonstrado na rubrica de Investimentos, passou a ser apresentado como investimento destinado a venda.

a) Composição dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas

	Controladora e consolidado				Saldos em 30/09/2019	Saldos em 31/12/2018
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outros		
Tijoá	32.677	50,10%	16.371	6.453	22.824	17.018
CSE	6.042	50,10%	3.027	-	3.027	2.581
Juno	25.851	100,00%	25.851	(25.851)	-	-
Participações a comercializar	64.570	-	45.249	(19.398)	25.851	19.599

Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado do exercício da controlada e do consolidado, separadamente dos resultados das operações em continuidade.

Resultado de operações descontinuadas (Controladora e consolidado)		
Investimento	30/09/2019	30/09/2018
Tijoá	22.668	10.400
CSE	446	497
Juno	-	-
Total	23.114	10.897

b) Principais saldos dos investimentos destinados à venda

Investida	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Tijoá	78.246	40.161	55.758	29.972	32.677	45.246
CSE	10.452	1.281	5.502	189	6.042	888
Juno	25.851	-	-	-	25.851	23.114

Notas Explicativas

12. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora				Investimentos permanentes 30/09/2019	Investimentos permanentes 31/12/2018
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras		
Rio Tibagi	2.986	100,00%	2.986	-	2.986	3.107
Concebra	153.825	100,00%	153.825	-	153.825	287.170
Concer (i)	226.495	81,84%	185.364	(370)	184.994	238.032
Rio Bonito	11.192	82,00%	9.177	-	9.177	7.401
Dable (ii)	207.859	100,00%	207.859	-	207.859	211.010
Venus	5.451	100,00%	5.451	-	5.451	3.011
TPI-Log (v)	78.777	100,00%	78.777	-	78.777	78.772
TPL	22.751	100,00%	22.751	-	22.751	25.727
Juno (iii)	25.851	100,00%	25.851	(25.851)	-	-
Rio Claro	9.273	100,00%	9.273	-	9.273	1.909
Tucano	8.892	100,00%	8.892	-	8.892	8.892
Guariroba	2.892	100,00%	2.892	-	2.892	2.864
ATTT (i)	131	64,00%	84	50	134	134
Mercurio	1	100,00%	1	-	1	1
Minerva	1	100,00%	1	-	1	1
Netuno	1	100,00%	1	-	1	1
Convale (vi)	13.461	100,00%	13.461	(13.461)	-	49
Rio Guaíba	-	100,00%	-	-	-	21.747
Estrela (vii)	2.755	100,00%	2.755	(2.755)	-	2.755
Retirinho (vii)	2.674	100,00%	2.674	(2.674)	-	2.674
Taboca (vii)	4.262	100,00%	4.262	(4.262)	-	4.262
CT vias (iv)	(1.086)	100,00%	(1.086)	11.057	9.971	10.937
Total Investimentos	778.444		735.251	(38.266)	696.985	910.456
Econorte	(94.184)	100,00%	(94.184)	-	(94.184)	(105.433)
Concepa	(14.517)	100,00%	(14.517)	-	(14.517)	(209.431)
Rio Guaíba	(118)	100,00%	(118)	-	(118)	-
Ecovale (i)	-	52,50%	-	(46)	(46)	(48)
Juno (iii)	-	100,00%	-	-	-	(2.158)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(108.819)		(108.819)	(46)	(108.865)	(317.070)
Total Investimentos Líquido	669.625		626.432	(38.312)	588.120	593.386

- (i) As controladas apresentam um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes e na integralização de capital, devido a envio de recursos em proporção diferente à participação da Companhia nas investidas.
- (ii) A controlada Dable detém 100% de participação na BR Vias Holding TBR, que detém 100% de participação na Transbrasiliana.
- (iii) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos estão reclassificados para participações a comercializar (vide nota explicativa nº 11).
- (iv) O ágio e a mais valia na aquisição do CTVias, líquidos de amortização (R\$11.057), são reconhecidos no saldo de investimentos na Controladora.
- (v) A controlada TPI-Log detém 100% de participação na TPB.
- (vi) A controlada apresenta uma desigualização decorrente de créditos a receber da Triunfo, demonstrados como redução do investimento na controladora.
- (vii) As controladas Estrela, Retirinho e Taboca entraram em processo de liquidação em agosto de 2019 e, portanto, foram reconhecidas as perdas desses investimentos.

Investimento	Consolidado			
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2018	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Ecovale	(46)	-	(48)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(46)	-	(48)	-

Notas Explicativas**b) Movimentação dos investimentos permanentes**

Investimento	Investimentos permanentes 31/12/2018	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Outros	Investimentos permanentes 30/09/2019	Resultado de equivalência patrimonial 30/09/2018
Econorte	(105.433)	-	11.248	-	1	(94.184)	7.246
Rio Tibagi	3.107	-	(121)	-	-	2.986	(924)
Concepa (i)	(209.431)	10.290	(7.067)	-	191.691	(14.517)	29.449
Rio Guaíba	21.747	1.146	(1.274)	(21.737)	-	(118)	8.411
Concer (ii)	238.032	-	(74.184)	-	21.146	184.994	(29.384)
Rio Bonito (ii)	7.401	-	(407)	-	2.183	9.177	(252)
Triunfo Convale	49	5	(60)	-	6	-	(86)
Tucano	8.892	48	(48)	-	-	8.892	(67)
Retirinho (iii)	2.674	25	(25)	-	(2.674)	-	(18)
Guariroba	2.864	47	(19)	-	-	2.892	(14)
Estrela (iii)	2.755	12	(11)	-	(2.756)	-	(25)
TPI LOG	78.772	75	(70)	-	-	78.777	(189)
Taboca (iii)	4.262	16	(16)	-	(4.262)	-	(23)
Dable	211.010	7.678	(10.829)	-	-	207.859	(7.701)
ATTT Do Brasil	134	-	-	-	-	134	-
Rio Claro	1.909	8.018	(654)	-	-	9.273	(7.724)
Ecovale	(48)	2	-	-	-	(46)	(1)
Juno (iv)	(2.158)	-	-	(110)	2.268	-	(18)
TPL	25.727	37	(3.013)	-	-	22.751	(25)
Concebra	287.169	260	(133.604)	-	-	153.825	(39.310)
Venus	3.011	23	2.417	-	-	5.451	17.984
Mercurio	1	10	(10)	-	-	1	(20)
Minerva	1	9	(9)	-	-	1	(16)
CTVias	10.938	886	(1.681)	-	(172)	9.971	(1.473)
Netuno	1	9	(9)	-	-	1	(8)
Trevally	-	-	-	-	-	-	(8)
Terlip	-	-	-	-	-	-	(2.395)
Total Investimentos	593.386	28.596	(219.446)	(21.847)	207.431	588.120	(26.591)

- (i) Aumento de capital realizado na controlada Concepa mediante aporte financeiro e integralização de créditos detidos pela controladora.
- (ii) Ganho por aumento de participação nas controladas Concer e Rio Bonito, devido à transferência de ações de acionistas minoritários para a Companhia.
- (iii) As controladas Estrela, Retirinho e Taboca entraram em processo de liquidação em agosto de 2019 e, portanto, foram reconhecidas as perdas desses investimentos.
- (iv) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos estão reclassificados para participações a comercializar (vide nota explicativa nº 11).

c) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da Controladora com consolidado

	Patrimônio Líquido		Prejuízo do período	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	30/09/2018
Controladora	684.212	884.119	(223.235)	(71.330)
Acionistas não controladores	43.505	83.946	(18.176)	(15.170)
Consolidado	727.717	968.065	(241.411)	(86.500)

Notas Explicativas**d) Saldos de ativo, passivo e resultado das controladas em 30 de setembro de 2019**

Empresa	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Econorte	27.646	71.701	155.811	37.720	(94.184)	11.249
Rio Tibagi	816	4.124	1.874	80	2.986	(121)
Concepa	26.441	691	11.635	30.014	(14.517)	(7.067)
Rio Guaíba	790	1.332	2.240	-	(118)	(1.274)
Concer	27.598	994.729	311.005	484.827	226.495	(92.118)
Rio Bonito	10.656	565	28	-	11.193	(649)
Convale	-	13.456	-	-	13.456	(60)
Concebra	49.173	1.612.080	1.183.318	324.110	153.825	(133.604)
Dable	-	207.859	-	-	207.859	(10.829)
BRVias Holding	1.261	345.380	109.365	555	236.721	(12.017)
Transbrasiliana	18.093	599.738	112.492	160.191	345.148	(1.958)
CTVias	820	4.231	2.555	3.582	(1.086)	(1.682)
Venus	14.283	-	8.659	174	5.450	2.417
TPI - Log	-	78.777	-	-	78.777	(70)
TPL	-	62.809	6.984	33.074	22.751	(3.013)
Juno	25.851	-	-	-	25.851	23.113
Rio Claro	34.482	7.903	33.112	-	9.273	(2.112)
Tucano	-	8.892	-	-	8.892	(48)
Retirinho	-	2.674	-	-	2.674	(25)
Guariroba	18	2.874	-	-	2.892	(19)
Estrela	-	2.755	-	-	2.755	(11)
Taboca	-	4.526	-	-	4.526	(16)
ATTT	-	131	-	-	131	-
Mercurio	1	-	-	-	1	(10)
Netuno	1	-	-	-	1	(9)
Minerva	1	-	-	-	1	(9)

13. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	144.672	22.817	15.446	1.587	3.036	13.493	1.194	202.245
Construções / Aquisições	2.996	-	434	7	150	1.336	1	4.924
Baixas	(2.214)	-	(79)	(1)	(6)	(24)	-	(2.324)
Saldo em 30/09/2019	145.454	22.817	15.801	1.593	3.180	14.805	1.195	204.845
Depreciação								
Saldo em 31/12/2018	-	(7.847)	(8.175)	(1.324)	(2.207)	(10.547)	(501)	(30.601)
Depreciação	-	(661)	(1.241)	(152)	(131)	(671)	(42)	(2.898)
Depreciação - Mais valia	-	-	(72)	-	-	-	-	(72)
Baixas	-	-	(34)	-	(3)	(279)	-	(316)
Saldo em 30/09/2019	-	(8.508)	(9.522)	(1.476)	(2.341)	(11.497)	(543)	(33.887)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2018	144.672	14.970	7.271	263	829	2.946	693	171.644
Saldo em 30/09/2019	145.454	14.309	6.279	117	839	3.308	652	170.958
Taxas médias de depreciação		4%	10%	10%	20%	20%	10%	

Notas Explicativas

14. Intangível e intangível em construção

Custo	Controladora		
	Desenvolvimento de projetos (i)	Licenças de uso e softwares	Total Intangível
Saldo em 31/12/2018	1.294	549	1.843
Adições	733	299	1.032
Saldo em 30/09/2019	2.027	848	2.875
Amortização			
Saldo em 31/12/2018	-	(186)	(186)
Amortização	-	(83)	(83)
Saldo em 30/09/2019	-	(269)	(269)
Valor residual líquido			
Saldo em 31/12/2018	1.294	363	1.657
Saldo em 30/09/2019	2.027	579	2.606
Taxas de amortização		20%	

(i) Referem-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário.

Custo	Consolidado										Consolidado
	Total Controladora	Ativos de Concessão Rodovias (i)	Direito de Uso (IFRS 16 / CPC 06) (viii)	Projetos de atividades portuárias (ii)	Projetos/ Estudos de PCHs (iii)	Outros	Ágio na aquisição da Transbrasiliana (iv)	Ágio na aquisição CTVias (v)	Carteira clientes (CTVias) (vi)	Total Intangível	Intangível em construção (vii)
Saldo em 31/12/2018	1.843	4.663.149	-	8.769	9.902	327	17.738	9.555	1.355	4.712.638	963.989
Adições	1.032	36.124	207	-	-	-	-	-	-	37.363	26.423
Baixas	-	(419)	-	-	(7.477)	-	-	-	-	(7.896)	(3.368)
Reclassificação (Vide nota nº 10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(46.494)
Adoção inicial CPC 06/ IFRS 16	-	-	21.293	-	-	-	-	-	-	21.293	-
Transferência	-	339.271	-	-	-	-	-	-	-	339.271	(339.271)
Saldo em 30/09/2019	2.875	5.038.125	21.500	8.769	2.425	327	17.738	9.555	1.355	5.102.669	601.279
Amortização											
Saldo em 31/12/2018	(186)	(2.417.499)	-	-	-	(209)	(2.752)	-	(135)	(2.420.781)	-
Amortização	(83)	(248.312)	(1.502)	-	-	-	(594)	-	(102)	(250.593)	-
Amortização - mais valia	-	(30.092)	-	-	-	-	-	-	-	(30.092)	-
Baixas	-	54	-	-	-	-	-	-	-	54	-
Saldo em 30/09/2019	(269)	(2.695.849)	(1.502)	-	-	(209)	(3.346)	-	(237)	(2.701.412)	-
Valor residual líquido											
Saldo em 31/12/2018	1.657	2.245.650	-	8.769	9.902	118	14.986	9.555	1.220	2.291.857	963.989
Saldo em 30/09/2019	2.606	2.342.276	19.998	8.769	2.425	118	14.392	9.555	1.118	2.401.257	601.279

- (i) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (ii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário, que ainda não estão em fase operacional.
- (iii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que ainda não estão em fase operacional. Parte foi baixada em agosto de 2019 com a liquidação das empresas Estrela, Taboca e Retirinho.
- (iv) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição da BR Vias Holding TBR, Controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (v) Refere-se ao ágio na aquisição de CTVias, realizada em 28 de dezembro de 2017, cuja alocação final do preço de compra foi reconhecida em junho de 2018.
- (vi) Refere-se à carteira de clientes identificada na avaliação da alocação do preço de compra da controlada CTVias.
- (vii) O intangível em construção (ativo de contrato) reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das informações contábeis intermediárias.
- (viii) Direito de Uso conforme adoção do CPC 06 (IFRS 16) – Operações de Arrendamento Mercantil.

Notas Explicativas

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01-Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização.

Até 31 de dezembro de 2018, o resultado apurado no teste de *impairment* para a controlada Econorte foi inferior à soma dos saldos do ágio (reconhecido na Triunfo) e ativo intangível, identificando assim a necessidade do registro da provisão para perda por desvalorização de seus ativos no valor de R\$268.282, sendo R\$6.778 na Triunfo referente ao ágio sobre aquisição de investimento. Os resultados apurados nos testes de *impairment* para as demais controladas da Companhia foram superiores aos saldos contábeis, sendo assim, não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício de 2018.

Alteração de prática contábil – amortização da Nova Subida da Serra da Concer

A controlada Concer procedeu a revisão da amortização referente a parte dos custos da obra da Nova Subida da Serra ("NSS") em relação aos gastos previstos no Plano de Exploração da Rodovia ("PER"), concluindo pela necessidade de alteração no método de amortização dos ativos relacionados a parcela dos investimentos relativos as obras de implantação e melhoria da NSS, em especial aquelas no "PER".

Como os investimentos da parcela PER da NSS são reconhecidos na tarifa homologada pelo Poder Concedente não em função da sua entrada em uso, mas sim de acordo com o cronograma de execução previsto no PER, concluiu-se que esse último momento é o que garante à Concessionária o direito ao pagamento.

Pelo exposto acima, a Concer reclassificou o montante de R\$ 302.306 de ativo intangível em construção para ativo intangível, iniciando a amortização a partir de 01 de janeiro de 2019 até o final do período de concessão (fevereiro de 2021).

Notas Explicativas

15. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			30/09/2019	31/12/2018
Triunfo (Controladora):				
Fiança Bancária FINEP - FIBRA	Não há	8% a.a.	569	535
Fiança Bancária FINEP - ABC	Não há	CDI+2% a.a.	717	676
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	Não há	CDI + 7,4424% a.a.	39.143	35.417
Cédula de crédito bancário - Trophy FIP Multiestratégia (i)	Aval da THP (Triunfo Holding de Participações)	140% do CDI	26.536	24.896
Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank	Não há	CDI+8% a.a.	2.943	2.777
Fiança Bancária FINEP - Santander (i)	Não há	CDI+1% a.a.	8.905	8.444
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Alienação Fiduciária de Ações	CDI+3% a.a.	32.707	47.017
Cédula de crédito bancário - ABC (i)	Não há	CDI+5,8% a.a.	11.072	10.127
Concer:				
Financiamento de imobilizado - FINEP	Carta de fiança bancária	TJLP + 0,5% a.a.	1.059	1.102
Cédula de crédito bancário – Avalista	Não há	CDI + 0,5% a.a.	6.674	6.538
FINAME - Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados	1,50% a 8,50% a.a.	26	260
FINAME - Banco Mercedes	Alienação fiduciária dos bens financiados	6% a.a.	57	307
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	7.822	8.122
Crédito Bancário - Banco ABC	Não há	CDI + 0,5% a.a.	38.037	39.520
Cédula de crédito bancário - Banco Pine (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	29.787	28.352
Empréstimo Ponte - BNDES	Fiança da Companhia (Triunfo) e fiança bancária	TJLP + 0,5% a.a.	197.172	204.782
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	5.169	4.980
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	6.423	6.114
Econorte:				
Conta garantida - Santander	Não há	3,25% a.a + CDI	43.506	9.404
Concebra:				
Empréstimo Ponte - BNDES	Fiança da Companhia (Triunfo)	TJLP + 2% a.a.	1.104.293	952.524
Cédula de crédito bancário - BDMG	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,5% a.a.	-	13.338
Empréstimo Ponte - BDMG	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	-	17.211
FINAME – BNDES	Aval da Companhia (Triunfo)	7,5% a.a.	-	190
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	-	28.733
Transbrasiliana:				
Finem - BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de concessão / Penhor das ações	TJLP + 2,91% a.a.	136.881	152.425
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3% a.a.	12.809	13.600
Arrendamento Mercantil - HP Financial	Alienação fiduciária dos bens financiados	15,7% a.a.	-	51
Arrendamento Mercantil - Banco Volkswagen S.A.	Alienação fiduciária dos bens financiados	26,1% a.a.	8	76
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Ações Tijoá e Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3% a.a.	10.685	14.595
Finame - Banco Volkswagen S.A.	Alienação fiduciária dos bens financiados e Notas promissórias	10% a.a.	80	141
Cédula de crédito bancário - Banco Volkswagen S.A.	Alienação fiduciária dos bens financiados	12,63% a.a.	850	21
Total de empréstimos e financiamentos			1.723.930	1.632.275
Parcela do circulante			1.326.352	1.160.516
Parcela do não circulante			397.578	471.759

- (i) Créditos contemplados no Leilão Reverso realizado em 20 de março de 2018. Os valores depositados em juízo foram levantados pelos credores em julho de 2018, com exceção dos fundos FLA Investors (Cédula de crédito bancário - Trophy FIP Multiestratégia) cuja retirada dos recursos está condicionada à apresentação de fiança bancária, pois são instituições financeiras sediadas fora do país. O saldo residual das dívidas contempladas no Leilão Reverso, equivalente ao deságio dado pelos credores na ocasião, permanecem compondo os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures e estão sendo atualizados considerando as taxas de juros e correção monetária previstas nos respectivos contratos bilaterais, uma vez que ainda não ocorreu a homologação do Plano de RE em 2ª instância. Em 30 de setembro de 2019 esses créditos totalizam R\$ 87.892.

Notas Explicativas

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2019 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	-	109.791
2021	5.422	192.007
2022	10.844	40.232
A partir de 2023	27.106	55.458
	<u>43.372</u>	<u>397.578</u>

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como: não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76; relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.

Em 30 de setembro de 2019, as cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos da Triunfo e de suas controladas foram cumpridas, exceto em relação à dívida da Concebra com o BNDES, que encontra-se vencida. A controlada tomou conhecimento da existência de ações de execução movidas pelo credor, porém a exigibilidade da dívida já está sendo negociada judicialmente.

O elevado grau de endividamento no curto prazo deve-se principalmente aos financiamentos do BNDES, que seriam readequados com a liberação dos empréstimos na modalidade longo prazo da mesma instituição financeira. Cabe ressaltar os valores devidos pela Concebra ao BNDES já estão classificados integralmente no passivo circulante, e os valores devidos pela Concer estão abrangidos em seu Plano de RE (vide tópico abaixo).

A Administração da Companhia vem adotando medidas para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento na Controladora e em suas controladas. Em 2017, foram estruturados Planos de Recuperação Extrajudicial ("Planos de RE"), conforme explicados a seguir.

Planos de Recuperação Extrajudicial:

O pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras subsidiárias e da Concer foi protocolado no dia 22 de julho de 2017 e foi deferido em 25 de julho de 2017, determinando a partir desta data a suspensão de todas as ações e execuções relacionadas a créditos abrangidos pelos Planos.

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de RE, conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

Os Planos de RE foram estruturados principalmente em virtude: (i) da execução, por parte de credores financeiros, das dívidas e suas garantias das controladas Concer e Concebra; (ii) dos riscos inerentes de bloqueios judiciais de ativos operacionais e financeiros essenciais à manutenção das atividades da Triunfo e da Concer; (iii) de restrições de liquidez, considerando a deterioração do cenário macroeconômico; (iv) da queda do desempenho operacional de algumas controladas da Triunfo; e (v) da necessidade de aportes não previstos na Concer e na Concebra.

Os Planos de RE abrangem unicamente os credores financeiros das empresas e não envolvem fornecedores e funcionários. Com esses planos, a Companhia e suas controladas buscam equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial.

A homologação dos Planos de RE consiste no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos se tornam vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos planos, conforme mencionado a seguir:

Notas Explicativas

- Opção A de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: possui carência de 48 meses a partir da data do pedido de homologação e pagamento de principal e juros em 48 meses após a carência;
- Opção B de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: consiste na opção de antecipação do recebimento mediante aplicação de deságio da dívida por meio do Leilão Reverso; e
- Plano de RE da Concer: consiste no pagamento de juros mensais equivalentes ao indexador do contrato + spread de 0,5% a.a., sendo que a amortização do principal ocorrerá de 2019 a 2021.

Em relação à Opção B de pagamento, o Leilão Reverso foi realizado no dia 20 de março de 2018 e foram contemplados os credores que apresentaram maior deságio, até o limite de R\$112 milhões que estavam disponibilizados para esta opção. As dívidas a serem liquidadas nesta operação abrangem dívidas próprias e de controladas em que a Triunfo é avalista. Os valores das dívidas totalizam R\$250,4 milhões e o deságio médio obtido foi de 55,3%. O pagamento dos créditos contemplados foi suspenso por decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") em 19 de março de 2018. Em 10 de maio de 2018 o TJSP liberou o pagamento aos credores, porém assentou a possibilidade de devolução dos valores caso o Plano de RE não seja homologado em 2ª instância.

Em decorrência desta decisão, em 17 de maio de 2018 a Companhia depositou em juízo os montantes para liquidação das dívidas contempladas. No dia 29 de maio de 2018 o TJSP proferiu nova decisão deferindo a expedição das guias de levantamento dos recursos depositados em juízo, porém manteve em aberto a possibilidade de devolução dos valores caso não ocorra a homologação em 2ª instância.

Abaixo está apresentado o resultado das propostas de deságios e valores depositados em juízo, segregados por empresa devedora:

Credor	Devedor originário	Deságio proposto	Saldo atualizado (i)	Deságio	Valor depositado em juízo
Santander	Triunfo	63,10%	12.463	7.864	4.599
FLA Investors	Triunfo	54,00%	23.097	12.472	10.625
BTG	Vessel	52,03%	44.326	23.063	21.263
ABC	Maestra	61,00%	14.544	8.872	5.672
Dívidas Triunfo + Maestra e Vessel (ii)			94.430	52.271	42.159
Pine	Concer	52,20%	54.864	28.639	26.225
Fibra	Concer	63,00%	9.855	6.209	3.646
BCV	Concer	37,00%	13.734	5.081	8.653
Dívidas Concer (iii)			78.453	39.929	38.524
Haitong	Aeroportos Brasil	68,00%	36.783	25.013	11.771
BTG	Aeroportos Brasil	52,02%	40.739	21.192	19.546
Dívidas Aeroportos Brasil (iii)			77.522	46.205	31.317
Total			250.405	138.405	112.000

(i) Saldo atualizado até a data de realização do Leilão Reverso.

(ii) A Maestra e a Vessel eram subsidiárias integral da Companhia com operação descontinuada, que também estavam abrangidas no Plano de RE. Elas foram extintas em agosto de 2017 e a Triunfo assumiu todos os passivos.

(iii) A Concer e a Aeroportos Brasil são subsidiárias da Companhia. As dívidas quitadas nesta opção de pagamento tinham aval da Companhia.

Os valores depositados em juízo foram levantados pelos credores em julho e em agosto de 2018, com exceção dos fundos FLA Investors cuja retirada dos recursos está condicionada à apresentação de fiança bancária, pois são instituições financeiras sediadas fora do país (vide nota explicativa nº 9).

Desta forma, no terceiro trimestre de 2018 foram registradas as amortizações dos créditos contemplados no Leilão Reverso, exceto para os créditos dos fundos FLA Investors, que permaneceram compondo o saldo de depósitos judiciais (vide nota explicativa nº 9). Para os créditos contemplados na qual a Companhia é avalista (Concer e da Aeroportos Brasil), a Triunfo se sub-rogou na posição dos credores, cobrando das investidas os valores depositados em juízo. Os créditos sub-rogados estão reconhecidos na rubrica de partes relacionadas (vide nota explicativa nº 10). O saldo

Notas Explicativas

residual das dívidas contempladas no Leilão Reverso, equivalente ao deságio dado pelos credores na ocasião, permanecem demonstrados nas rubricas de empréstimos e financiamentos e debêntures (vide nota explicativa nº 15), uma vez que ainda não ocorreu a homologação do Plano de RE em 2ª instância.

16. Debêntures

Emissora	Emissão	Debêntures Emitidas	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros a.a.	Consolidado	
									30/09/2019	31/12/2018
Econorte (i)	3ª Emissão	24.600	04/2020	246.000	(6.435)	239.565	CDI + 3,20%	CDI+3,95%	60.704	94.232
Vessel/Triunfo (ii)	1ª Emissão	145.000	09/2017	145.000	(3.188)	141.812	IPCA+7,60%	IPCA+8,19%	26.090	24.546
Concer (iii)	1ª Emissão	200	02/2021	200.000	(8.750)	191.250	CDI + 3,85%	CDI+4,82%	59.953	91.719
BR Vias Holding TBR (iv)	1ª Emissão	44.000	12/2021	44.000	-	44.000	IGPM+12%	IGPM + 12%	107.151	97.285
Vênus (v)	1ª Emissão	699.331	01/2021	647.300	(7.355)	639.945	13,5%a15,5%	23,64%	174	2.613
				<u>1.282.300</u>	<u>(25.728)</u>	<u>1.256.572</u>			254.072	310.395
								Circulante	236.288	225.865
								Não circulante	17.784	84.530

- (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória emitidas em 15 de abril de 2015. Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (*Swap*), vinculados a esta emissão (vide nota explicativa nº 27, item c). Houve quebra de *covenants* relacionada ao rebaixamento do *rating* da Econorte, porém não ensejou em vencimento antecipado da dívida.
- (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries, emitidas em 21 de setembro de 2017. Após a extinção da Vessel, emissora original das debêntures, a Companhia assumiu a dívida junto aos debenturistas, que estão abrangidos no Plano de RE da Companhia. O saldo devedor das debêntures foi contemplado no Leilão Reverso, realizado em 20 de março de 2018, e o valor para liquidação foi depositado judicialmente em 17 de maio de 2018 (vide nota explicativa nº 15), o qual foi levantado pelos credores em 06 de julho de 2018. O valor residual equivalente ao deságio dado pelo credor na ocasião, permanece compondo o saldo de debêntures, uma vez que ainda não ocorreu a homologação do Plano de RE em 2ª instância.
- (iii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, emitidas em 12 de julho de 2013. A Concer assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.
- (iv) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com amortizações anuais desde dezembro de 2012, emitidas em 22 de dezembro de 2010. As parcelas de dezembro de 2017 e de dezembro de 2018 encontram-se vencidas. O aval da Triunfo referente às debêntures da BR Vias Holding TBR está abrangido no Plano de RE (vide nota explicativa nº 15).
- (v) Debêntures privadas conversíveis em ações, composta por duas séries, emitidas em 23 de novembro de 2016. A 1ª série previa remuneração de 13,5% a 15,5% a.a. somada à variação cambial, e possuía como garantia a alienação fiduciária de ações da Portonave. Desta forma, devido à alienação do ativo, a 1ª série das debêntures foi totalmente resgatada em 26 de outubro de 2017. A 2ª série consiste em prêmio a ser pago no vencimento, calculado sobre o valor das ações da Triunfo. Em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o saldo a pagar refere-se ao prêmio, mensurado a valor justo por meio da precificação das ações da Triunfo para a data de vencimento das debêntures (vide nota explicativa nº 27, item c).

Em 30 de setembro de 2019, exceto pelo mencionado nos itens (i) e (iv) acima, as cláusulas restritivas das escrituras de debêntures da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas.

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2019, com vencimento até o ano 2021, está assim distribuída:

Ano	Consolidado
2020	10.566
2021	7.218
	17.784

Notas Explicativas

17. Notas Promissórias

Emissora	Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Taxa de juros	Consolidado	
					30/09/2019	31/12/2018
Concer	18/01/2016	02/2021	210.000	CDI + 2,00%	76.975	117.485
					76.975	117.485
				Circulante	54.230	54.304
				Não circulante	22.565	63.181

Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040. A controlada Concer assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.

18. Obrigações do Contrato de Concessão

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

	Consolidado					30/09/2019
	31/12/2018	Constituição da provisão para manutenção	Efeito do valor presente sobre a constituição	Realização da manutenção	Ajuste a valor presente - realizações	
Econorte	51.145	8.481	3.035	(3.287)	(2.019)	57.355
Concebra	237.608	24.377	12.793	-	-	274.778
Concer	598	-	-	-	-	598
Transbrasiliana	2.837	710	595	-	-	4.142
Total	292.188	33.568	16.423	(3.287)	(2.019)	336.873
Circulante	30.586					41.784
Não circulante	261.602					295.089

19. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	77	237
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	225	396
Imposto de Renda Retido na Fonte	11	30	1.151	315
COFINS	60	78	8.328	4.099
PIS	10	13	1.800	730
INSS	1	-	510	758
Imposto Sobre Serviços	-	13	25.933	26.011
Imposto sobre Operações Financeiras	75	129	96	129
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	42	84	323	580
Programa de Regularização Tributária – PRT	-	-	-	4.671
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	-	6.941	17.112
Outros Parcelamentos	-	-	18.230	16.927
Outros Débitos Tributários	-	-	1.038	17.052
	199	347	64.652	89.017
Parcela do circulante	199	347	41.720	77.156
Parcela do não circulante	-	-	22.932	11.861

Notas Explicativas

20. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas.

As provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. As provisões são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				30/09/2019
	31/12/2018	Adições	Pagamentos	Reversões	
Processos cíveis	46.970	4.748	(523)	(773)	50.422
Processos tributários	3.348	4.435	-	-	7.783
Processos trabalhistas	9.867	10.721	(282)	(1.692)	18.614
	60.185	19.904	(805)	(2.465)	76.819

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de perda foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possível nos montantes de R\$247.022 e R\$287.046 em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 30 de setembro de 2019 já foram emitidas 92.575.734 novas ações.

b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto das ações da Companhia no Mercado. O programa inicial tinha prazo de 365 dias e foi aprovado novamente em 22 de março de 2016, estendendo seu prazo por mais 18 meses.

Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do programa de recompra de ações, que se encerrou em março de 2019. A quantidade total de ações recompradas foi de 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

Notas Explicativas

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado das controladas Concer e Econorte, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados. A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados” integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

No exercício de 2018, com a apuração de perda por desvalorização de investimentos na controlada Econorte (vide nota explicativa nº 14), a reserva de reavaliação reflexa relacionada a este ativo no montante de R\$23.047 foi integralmente revertida.

d) Lucro (Prejuízo) por ação

	30/09/2019	30/09/2018
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(223.235)	(71.330)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	173.506.600	173.506.600
Resultado por ação – básico	(1,28661)	(0,41111)
Resultado por ação – diluído	(1,28661)	(0,41111)
Resultado por ação - básico e diluído das operações continuadas	(1,41982)	(0,47391)
Resultado por ação - básico e diluído das operações descontinuadas	0,13322	0,06280

e) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

	30/09/2019	30/09/2018
Lucro (Prejuízo) Líquido	(223.235)	(71.330)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	15.965	26.586
(+) Reversão do Plano de opção de compra de ações	-	7.272
Lucro (Prejuízo) Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	(207.270)	(37.472)
(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido)	-	-
Base de cálculo de dividendos	(207.270)	(37.472)

f) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo de reserva legal foi integralmente absorvido pelo prejuízo do exercício de 2018.

g) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia.

Notas Explicativas

22. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	694.262	858.281
Construção de ativos das concessões de rodovia	65.798	128.834
Outros	7.985	9.544
	768.045	996.659
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(60.683)	(74.801)
	707.362	921.858

A redução da receita líquida em 2019 ocorreu, principalmente, por conta do encerramento da operação da Concepa em 03 de julho de 2018, e pelos efeitos de redução de tarifa nas praças de pedágio da Econorte, bem como a suspensão temporária da cobrança na praça de Jacarezinho/PR, que resultou em uma redução de aproximadamente 43%. Em agosto de 2019, a arrecadação foi normalizada com o término da ação de improbidade administrativa (vide nota explicativa nº 1).

a) Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

b) Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está prevista no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

c) Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.

Notas Explicativas

23. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2019 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$8.596. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.556	4.044	8.642	11.895
Encargos sociais	996	1.590	2.032	2.693
Benefícios diretos e indiretos	44	80	1.135	1.469
Participações nos resultados	(358)	3.902	1.620	5.710
	4.238	9.616	13.429	21.767

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	128	344	3.361	10.136
Valor justo debêntures	-	-	2.439	17.990
Instrumentos derivativos	-	-	-	1.799
Juros recebidos	-	-	177	52
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	6.527	11.244	3.106	397
Outros juros e descontos obtidos	6.028	10.525	3.126	1.997
	12.683	22.113	12.209	32.371
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	-	-	(32.578)	(29.821)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(13.714)	(13.775)	(190.664)	(178.685)
Instrumentos derivativos	-	-	(5.426)	(3.691)
Valor justo debêntures (fair value options)	-	-	(3.272)	(5.517)
Imposto sobre operações financeiras	(75)	(940)	(1.258)	(16.134)
Outros juros, multas e atualizações	(350)	(2.990)	(32.384)	(23.803)
	(14.139)	(17.705)	(265.582)	(257.651)
Resultado financeiro	(1.456)	4.408	(253.373)	(225.280)

25. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	Garantia	Outros	Total LMI (i)
Econorte	12.500	88.900	-	90.869	-	192.269
Concer	20.000	109.701	25.000	-	-	154.701
Concebra	10.000	65.000	10.000	-	2.792	87.792
Transbrasiliana	10.000	47.735	15.411	-	-	73.146
Triunfo	-	-	-	-	47.000	47.000
	52.500	311.336	50.411	90.869	49.792	554.908

- (i) O Limite Máximo de Indenização corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

26. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2019 totalizam R\$1.622 (R\$5.571 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$2.368 (R\$6.816 no consolidado). As contribuições da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2018 totalizam R\$1.884 (R\$6.681 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$2.600 (R\$7.973 no consolidado).

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 30 de setembro de 2019 é de 650 participantes (732 participantes em 31 de dezembro de 2018).

27. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis intermediárias:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 5)	8.601	26.119	8.601	26.119
Total	8.601	26.119	8.601	26.119
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	1.723.930	1.632.275	1.723.930	1.632.275
Debêntures (nota explicativa nº 16)	254.072	310.395	254.072	310.395
Notas promissórias (nota explicativa nº 17)	76.795	117.485	76.795	117.485
Dividendos	1.545	1.543	1.545	1.543
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota explicativa nº 27, item c)	-	24.050	-	24.050
Total	2.056.342	2.085.748	2.056.342	2.085.748

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A debênture da Vênus foi reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado, utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.
- Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

Notas Explicativas

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	30 de setembro de 2019		
	Ativos/passivos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Inputs significativamente observáveis (Nível 2)	Inputs significativamente inobserváveis (Nível 3)
Ativos/ Passivos mensuráveis a valor justo			
Debêntures (Vênus)	-	-	174
Ativos/Passivos com divulgação do valor justo			
Debêntures (Vênus)	-	-	174

c) Instrumentos financeiros derivativos

- Econorte:

A Companhia mantinha um contrato de *swap* de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger parte da remuneração de juros de CDI + 1,90% a.a. referente à debenture emitida em abril de 2015. O contrato de *swap* previa que a Companhia transferisse o risco de CDI + 1,90% a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10% a.a..

O valor nominal contratado foi de R\$246.000 com vencimento semestral, sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do *swap* correspondiam aos pagamentos de juros da debênture.

No dia 13 de junho de 2019, foi emitida uma cédula de crédito bancário de capital de giro, com vigência até 11 de setembro de 2019, no valor de R\$ 32.995, quitando a operação de *swap* junto ao banco Santander.

O instrumento financeiro derivativo estava sendo mensurado a valor justo a partir de *inputs* significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo. A Companhia mantinha controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Perda instrumentos derivativos	-	(24.925)
Marcação a mercado derivativos	-	875
Total instrumentos financeiros derivativos	-	(24.050)
Passivo Circulante	-	(16.813)
Passivo Não circulante	-	(7.237)
	-	(24.050)

- Vênus:

Em novembro de 2016, a controlada Vênus emitiu Debêntures privadas conversíveis em ações, conforme descrito na nota explicativa nº 16. O vencimento das debêntures ocorrerá em janeiro de 2021, porém a 1ª série da emissão foi liquidada antecipadamente em 2017.

Notas Explicativas

A 2ª série consiste no pagamento de um prêmio ao debenturista do valor resultante da diferença (se positiva) entre (i) a média ponderada por volume financeiro de negociação das ações da Triunfo na B3 durante os 60 pregões que antecederem a data de vencimento e (ii) o valor de R\$4,46, multiplicado por 15.000.000.

O saldo do prêmio está registrado a *Fair Value Option*, representando o cálculo do valor a ser pago de acordo com a precificação das ações da Triunfo projetada para a data de vencimento das debêntures. Em 30 de setembro de 2019, o valor justo do prêmio corresponde a R\$174 (R\$2.613 em 31 de dezembro de 2018).

d) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,50% para o ano de 2019 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2019, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

- *Triunfo (Controladora e consolidado)*

Operação	Risco	Cenário		
		Provável	Cenário II	Cenário III
Econorte	CDI	363	272	181
Concer		365	274	183
Transbrasiliana		663	497	332
Concebra	CDI	1.345	1.009	672
Rio Claro	CDI	1.958	1.468	979
CTVias	CDI	8	6	4
R\$ 66.779 (**)		4.702	3.526	2.351
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	5,89%	4,42%	2,95%

(*) Saldos em 30 de setembro de 2019 aplicados em CDB e Fundos DI

(**) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de setembro de 2019, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2019, foram definidos os cenários prováveis para o período e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de setembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

- Triunfo (Controladora e Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Fiança Bancária FINEP - ABC	CDI	42	53	63
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	CDI	2.306	2.882	3.458
Cédula de crédito bancário - Trophy FIP	CDI			
Multiestratégia		1.563	1.954	2.344
Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank	CDI	173	217	260
Fiança Bancária FINEP - Santander	CDI	525	656	787
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	1.926	2.408	2.890
Cédula de crédito bancário - ABC	CDI	652	815	978
Financiamento de imobilizado - FINEP	TJLP	63	79	95
Cédula de crédito bancário - Avalista	CDI	393	491	590
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	CDI	461	576	691
Crédito Bancário - Banco ABC	CDI	2.240	2.800	3.361
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	CDI	1.754	2.193	2.632
Empréstimo Ponte - BNDES A e B	TJLP	11.732	14.665	17.598
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo	CDI	304	381	457
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	CDI	378	473	567
Conta garantida - Santander	CDI	2.563	3.203	3.844
Empréstimo Ponte - BNDES	TJLP	65.705	82.132	98.558
Finem - BNDES	TJLP	8.144	10.181	12.217
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	CDI	754	943	1.132
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	629	787	944
R\$ 1.723.190 (**)		102.307	127.889	153.466
Debêntures - Econorte	CDI	3.575	4.469	5.363
Debêntures - Concer	CDI	3.531	4.414	5.297
Debêntures – Triunfo (Vessel)	IPCA	895	1.119	1.342
Debêntures – BR Vias Holding TBR	IGP-M	3.622	4.527	5.433
R\$ 253.898 (**)		11.623	14.529	17.435
Notas Promissórias – Concer	CDI	4.523	5.654	6.785
R\$ 76.795 (*)		4.523	5.654	6.785
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	CDI	5,89%	7,36%	8,84%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IGP-M	3,38%	4,23%	5,07%
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	TJLP	5,95%	7,44%	8,93%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IPCA	3,43%	4,29%	5,15%

(*) Saldos em 30 de setembro de 2019

(**) Fonte: BACEN

(***) Fonte: Relatório Santander

Para verificar a sensibilidade do prêmio da debênture da controlada Vênus, foi definido o cenário provável para o ano de 2019, e a partir deste foram calculadas variações positivas e negativas de 25% e 50%.

- Vênus (Consolidado)

Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Risco da ação da Triunfo (i)	-	- 50% (171)	- 25% (140)	25% 360	50% 1.039

(i) Utilizado como cenário provável o preço da ação da Triunfo em 30 de setembro de 2019.

Notas Explicativas

e) Análise de riscos

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

- Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

- Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 50,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%.

- Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

- Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

- Risco regulatório

Desconsidera-se quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Considera-se que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

Notas Explicativas

• Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 15)	122.592	129.889	1.723.930	1.632.275
Debêntures (nota explicativa 16)	26.090	24.546	254.072	310.395
Notas promissórias (nota explicativa 17)	-	-	76.795	117.485
Instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 27, item c)	-	-	-	24.050
(-) Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa 3)	(20)	(45)	(78.477)	(119.563)
(-) Caixa restrito (nota explicativa 4)	-	-	(1.298)	(1.864)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 5)	-	-	(8.601)	(26.119)
Dívida líquida	148.662	154.390	1.966.421	1.936.659
Patrimônio líquido	684.212	884.119	727.717	968.065
Total do capital	832.874	1.038.509	2.694.138	2.904.724
Índice de alavancagem financeira - %	17,85	14,87	72,99	66,67

28. Informações por segmento

Nos segmentos operacionais consolidados da Companhia estão os seguintes negócios:

- Segmento Rodoviário: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, BR Vias Holding TBR, Transbrasiliana, Concebra, Convale, e CTVias;
- Projetos Portuário: TPI-Log, TPB e TPL;
- Segmento de Energia: Juno;
- *Holding*: a Companhia;
- Outros: Rio Claro, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Netuno, Mercúrio, Minerva, ATTT, e Vênus.

As controladas em conjunto Tijoá e CSE, que atuam no segmento de energia, são subsidiárias diretas da Juno e não são consolidadas pela Triunfo e tais ativos encontram-se destinados à venda (vide nota explicativa nº 11). A controlada em conjunto Aeroportos Brasil, que atua no segmento aeroportuário, não é consolidada e seu investimento foi baixado pela Companhia no exercício de 2017 (vide nota explicativa nº 1, item v).

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Notas Explicativas

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	30/09/2019						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	707.362	-	-	-	-	-	707.362
Custos dos serviços prestados	(627.488)	-	-	-	-	-	(627.488)
Lucro bruto	79.874	-	-	-	-	-	79.874
Receitas (Despesas) operacionais	(111.173)	(107)	-	(3.267)	(244.893)	220.904	(138.536)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(31.299)	(107)	-	(3.267)	(244.893)	220.904	(58.662)
Resultado financeiro	(252.366)	(2.976)	-	3.425	(1.456)	-	(253.373)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(283.665)	(3.083)	-	158	(246.349)	220.904	(312.035)
Imposto de renda e contribuição social	47.510	-	-	-	-	-	47.510
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(236.155)	(3.083)	-	158	(246.349)	220.904	(264.525)
Operações descontinuadas							
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	23.114	-	23.114
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(236.155)	(3.083)	-	158	(223.235)	220.904	(241.411)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	18.176	18.176
Lucro (prejuízo) líquido do período	(236.155)	(3.083)	-	158	(223.235)	239.080	(223.235)
Ativos totais por segmento	3.424.241	141.586	-	68.586	987.375	(932.799)	3.688.989
Passivos totais por segmento	2.918.332	40.058	-	41.945	303.163	(342.226)	2.961.272

	30/09/2018						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	921.858	-	-	-	-	-	921.858
Custos dos serviços prestados	(612.954)	-	-	-	-	-	(612.954)
Lucro bruto	308.904	-	-	-	-	-	308.904
Receitas (Despesas) operacionais	(140.996)	(214)	(17)	(3.727)	(86.635)	26.592	(204.997)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	167.908	(214)	(17)	(3.727)	(86.635)	26.592	103.907
Resultado financeiro	(241.080)	-	-	11.392	4.408	-	(225.280)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(73.172)	(214)	(17)	7.665	(82.227)	26.592	(121.373)
Imposto de renda e contribuição social	23.976	-	-	-	-	-	23.976
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(49.196)	(214)	(17)	7.665	(82.227)	26.592	(97.397)
Operações descontinuadas							
Resultado de operações descontinuadas	-	-	10.897	-	10.897	(10.897)	10.897
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(49.196)	(214)	10.880	7.665	(71.330)	15.695	(86.500)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	15.170	15.170
Lucro (prejuízo) líquido do período	(49.196)	(214)	10.880	7.665	(71.330)	30.865	(71.330)
Ativos totais por segmento (31/12/2018)	3.606.478	138.600	19.600	116.000	1.410.224	(1.369.898)	3.921.004
Passivos totais por segmento (31/12/2018)	3.055.709	34.101	2.158	89.498	526.105	(754.632)	2.952.939

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

Notas Explicativas

29. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados à concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia (PER) prevê investimentos anuais remanescentes, conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2019	21.088
2020 a 2021	24.492
	<u>45.580</u>

Os valores apresentados encontram-se a preço original de abril de 1995 e são atualizados com o índice de reajuste da tarifa, estando em vigor o índice de 5,06442 aprovado em 2018.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

	30/09/2019	30/09/2018
Receita de construção	6.266	7.430
Custo de construção	(6.266)	(7.430)
	<u>-</u>	<u>-</u>

b) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Conforme 6º Termo Aditivo ao contrato de concessão, o Programa de Exploração da Rodovia - PER passou a prever investimentos no montante de R\$238.262 com o seguinte cronograma de desembolsos:

Ano	Valor
2019	56.207
2020	84.852
2021	97.203
	<u>238.262</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/2019	30/09/2018
Receita de construção	28.678	9.541
Custo de construção	(28.678)	(9.541)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

c) Concebra

A Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

Ano	Valor
2019	1.006.546
2020	406.434
2021 até 2044	5.416.198
	6.829.178

Os valores mencionados acima, estão de acordo com o PER original, no entanto a controlada apresentou proposta de revisão quinquenal do contrato de concessão, para adequar as obrigações contratuais à atual realidade.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/2019	30/09/2018
Receita de construção	13.125	80.309
Custo de construção	(12.891)	(78.274)
	234	2.035

d) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

Ano	Valor
2019	6.006
2020	40.314
2021	10.892
2022	27.878
2023	14.849
2024 até 2033	167.990
	267.929

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/2019	30/09/2018
Receita de construção	17.731	31.554
Custo de construção	(17.731)	(31.554)
	-	-

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

Notas Explicativas

30. Eventos subsequentes

i) Decisão Judicial – Viracopos

No dia 1º de outubro de 2019, em decisão proferida pela 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, foi parcialmente deferida medida de urgência requerida pela controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A., por meio de ação ajuizada em 14 de agosto de 2019 visando, entre outras medidas, o cumprimento pela ANAC de obrigações contratuais que lhe incumbiam, relacionadas a não entrega das áreas previstas no Plano de Exploração Aeroportuária (“PEA”).

A decisão judicial limita o pagamento das outorgas fixas vencidas e não pagas e das outorgas fixas vincendas aos valores que seriam devidos desconsiderando o ágio de 159,75% pago sobre o preço mínimo do leilão realizado em 2012, assegurando que os valores já pagos por Viracopos até esta data sejam considerados nas outorgas não pagas.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:				Posição em 30 de setembro de 2019 (Em Mil Ações)		
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	97.750	55,54	-	-	97.750	55,54
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	8.966	5,09	-	-	8.966	5,09
Explorador Capital Management (i)	21.236	12,07	-	-	21.236	12,07
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	88	0,05	-	-	88	0,05
Miguel Ferreira Aguiar	892	0,51	-	-	892	0,51
Wilson Piovezan	88	0,05	-	-	88	0,05
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,34	-	-	600	0,34
Dorival Pagani Junior	27	0,02	-	-	27	0,02
Ações em tesouraria	2.493	1,42	-	-	2.493	1,42
Outros	43.860	24,92	-	-	43.860	24,92
Total	176.000	100,00	-	-	176.000	100,00

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO ACIONISTA CONTROLADOR DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação:					Posição em 30 de setembro de 2019 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Wilson Piovezan	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Klavier Investimentos S.A.	13.535	10,0	-	-	13.535	10,0
Total	135.359	100,0	-	-	135.359	100,0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30 de setembro de 2019						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
Explorador Capital Management	21.235.950	12,07	-	-	21.235.950	12,07
Controladores e Administradores						
Controladores						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	87.920	0,05	-	-	87.920	0,05
Miguel Ferreira Aguiar	891.928	0,51	-	-	891.928	0,51
Wilson Piovezan	87.790	0,05	-	-	87.790	0,05
Administradores						
Diretoria	627.438	0,36	-	-	627.438	0,36
Conselho de Administração (exceto controladores)	121	0,00			121	0,00
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
Ações em circulação	52.825.453	30,01	-	-	52.825.453	30,01
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30 de setembro de 2018						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
Explorador Capital Management	20.032.550	11,38	-	-	20.032.550	11,38
Controladores e Administradores						
Controladores						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.502.082	0,85	-	-	1.502.082	0,85
Miguel Ferreira Aguiar	891.928	0,51	-	-	891.928	0,51
Wilson Piovezan	87.790	0,05	-	-	87.790	0,05
Administradores						
Conselho de Administração	121	0,00	-	-	121	0,00
Diretoria	609.544	0,35	-	-	609.544	0,35
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
Ações em circulação	52.632.585	29,90	-	-	52.632.585	29,90
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100,00

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a Deliberação CVM 673/11 (que aprovou o pronunciamento CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a Deliberação CVM 673/11 (que aprovou o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigação interna com o propósito de apurar os eventos reportados nos mandados de busca e apreensão, cumpridos pela Polícia Federal, na sede da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte ("Econorte") e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Tibagi"), em 22 de fevereiro e 26 de setembro de 2018.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos com base nos despachos dos Juízes da 13ª e 23ª Vara Federal de Curitiba no âmbito da Operação Integração, que investiga a denúncia de atos criminosos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas concessionárias de rodovias públicas no Estado do Paraná. O despacho da 23ª Vara Federal de Curitiba apresenta acordos de colaborações premiadas nos quais foram relatados atos ilícitos praticados na execução do contrato de concessão por executivos e ex-executivos da Companhia e de suas controladas Econorte e Rio Tibagi. Segundo o Ministério Público Federal (MPF) existem provas da materialidade e indícios de autoria da prática de crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, fraude licitatória, peculato e associação criminosa.

O Comitê Independente, em conjunto com os escritórios contratados para conduzirem as investigações internas, concluíram seus trabalhos em 29 de abril de 2019 e comunicaram ao Conselho de Administração os resultados factuais provenientes dos procedimentos investigativos, limitações de trabalho e por fim as recomendações para aprimoramento do programa de Compliance Anticorrupção da Companhia e suas controladas. Contudo, ainda se encontram em andamento as investigações conduzidas pelas autoridades públicas envolvendo executivos e ex-executivos da Companhia e das controladas Econorte e Rio Tibagi.

Conseqüentemente, em virtude das investigações e demais procedimentos conduzidos pelas autoridades públicas ainda estarem em curso, não foi possível, até este momento, concluir se algum ajuste seria necessário nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2019.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, se houver, não conhecidos do assunto mencionado na seção intitulada "Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Deliberação CVM 673/11 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, se houver, não conhecidos do assunto mencionado na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Deliberação CVM 673/11 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia e suas controladas, Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte, Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. e Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., apresentam exposição negativa de capital circulante líquido e/ou vêm descumprindo suas obrigações financeiras e no caso das concessionárias, os investimentos previstos em seus respectivos contratos de Concessão. Conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 1.3 e 11 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Administração da Companhia vem desenvolvendo ações no sentido de mantê-las no curso normal de suas operações, realizando aportes de capital, alienação de ativos e implementando planos para recuperação extrajudicial, os quais tem sido objeto de contestação e não se encontram homologados em todas as instâncias requeridas, conforme divulgado na Nota Explicativa Nº 15. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A., em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Adicionalmente, em 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pela juíza da 8ª. Vara Cível do Município de Campinas em 23 de maio de 2018, conforme descrito na referida nota explicativa. A implementação das ações acima e os possíveis efeitos sobre as operações das investidas mencionadas anteriormente depende de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, com o intuito principal de assegurar a continuidade de suas atividades. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das referidas investidas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e igual trimestre de exercício anterior

As Informações Trimestrais – ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, e as mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de nove meses findo naquela data, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais – ITR do período findo em 30 de setembro de 2018 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram, respectivamente, relatório de revisão com data de 06 de novembro de 2018, com Abstenção de Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas, e contendo parágrafos de ênfase relacionados com a Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e controladas, Recuperação Extrajudicial, Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da investida Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Investigação interna e, relatório de auditoria datado de 08 de maio de 2019, contendo ressalva sobre as investigações envolvendo a Companhia e as controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte e Rio Tibagi Serviços de Operações Ltda., parágrafo de Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e parágrafos de ênfase da Recuperação Extrajudicial e da Continuidade operacional da controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A..

São Paulo, 06 de novembro de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos

Contador – CRC-1SP166001/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 06 de novembro de 2019 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2019.

São Paulo, 06 de novembro de 2019.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Marcos Paulo Fernandes Pereira

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 06 de novembro de 2019 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2019.

São Paulo, 06 de novembro de 2019.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Marcos Paulo Fernandes Pereira

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores